



ELQ



**ÓRGÃO
DA ASSOCIAÇÃO
DOS DEFICIENTES
DAS FORÇAS ARMADAS**

Ano XVI - Nº 191

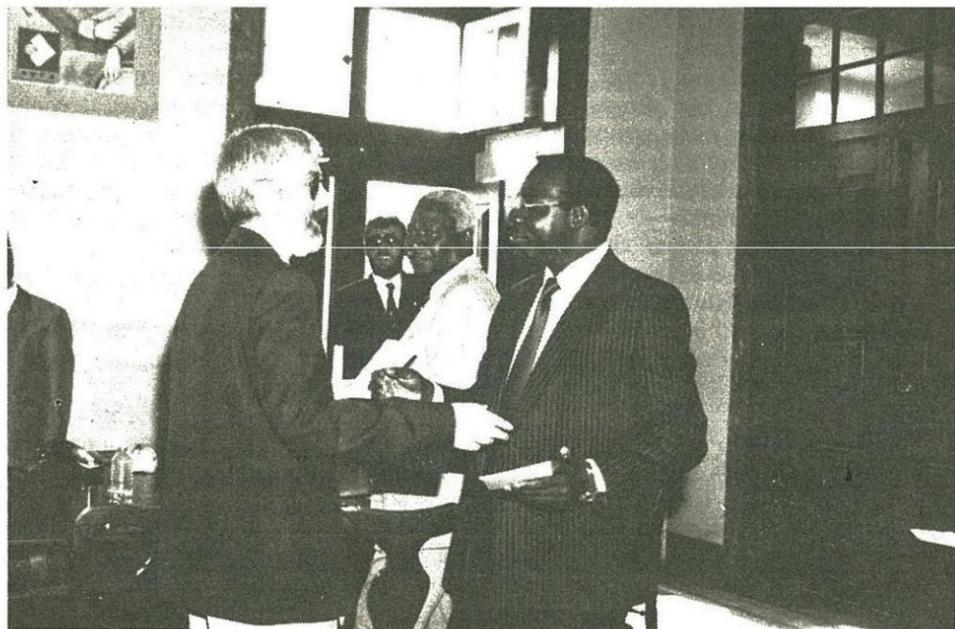
DIRECTOR: PATULEIA MENDES

Mensário — Setembro — 1990 — 60\$00

No espírito da I Conferência de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau

Na visita à ADFA de três altos funcionários da Secretaria de Estado dos Combatentes, de Angola, salientada a necessidade de prontidão da resposta em várias áreas de cooperação

Encontra-se já em visita de trabalho a Moçambique, a convite da respectiva Associação de Combatentes, uma delegação que integra elementos da ADFA e um representante da Secretaria de Estado da Defesa Nacional



GOVERNO APROVA DECRETO-LEI SOBRE «GRANDES DEFICIENTES EM SERVIÇO» em consonância com princípios que a ADFA sempre defendeu



● NOVA SEDE

- Lançamento das medalhas-contributo no dia 24 de Outubro no Padrão dos Descobrimentos
- A terminar a 1.ª fase de construção, para breve o lançamento do concurso para a 2.ª fase

● CONTACTOS OFICIAIS

- Secretário de Estado Adjunto da Defesa Nacional recebe Direcção Central
- Reunião de trabalho na Direcção-Geral de Cooperação do Ministério dos Negócios Estrangeiros



Este mês a chamada de atenção para o Decreto-Lei 269/90 de 31 de Agosto, do Ministério da Defesa Nacional, que cria o «Fundo de Pensões dos Militares das Forças Armadas» e um pequeno apontamento sobre o Decreto Regulamentar 18/90 de 13 de Julho, do Ministério das Finanças, que legisla sobre «retenção-poupança» do IRS.

No primeiro caso, conforme dito, procede-se à criação de um «Fundo de Pensões», já previsto no art.º 14.º do Dec.-Lei 34-A/90, de 24 de Janeiro (e que aprovou o Estatuto dos Militares das Forças Armadas), sobre o que diz o respectivo preâmbulo:

«O objectivo estabelecido para o referido fundo é o pagamento de complementos de pensões em determinadas circunstâncias.

O fundo deverá contar, entre as suas receitas, com contribuições dos próprios militares beneficiários. Por outro lado, não poderá receber transferências directas do Orçamento do Estado.

Com a sua implementação, prosseguem-se assim dois fins simultâneos. Em primeiro lugar, criam-se as condições necessárias para garantir melhores níveis de pensão a abonar aos reformados militares. Em segundo lugar, inicia-se, no âmbito dos servidores do Estado, uma primeira experiência de financiamento complementar da Segurança Social, integrando um esquema que poderá designar-se «capitalização parcial».

Trata-se, afinal, de consagrar a terceira vertente da Segurança Social: a da Previdência, baseada na contribuição própria e voluntária, como forma de complementar as prestações dos sistemas assistenciais e sociais».

Dada a extensão e relativa complexidade deste texto legal, ELO, para melhor informação e esclarecimento dos associados, transcreve o «Parecer que sobre ele foi emitido pelo Departamento de Apoio Jurídico e Administrativo aos Sócios — DAJAS, da ADFA:

«O Fundo de pensões para os militares dos quadros permanente, criado pelo Art.º 14.º do Decreto-Lei n.º 34-A/90 de 24 de Janeiro, foi recentemente implementado pelo Decreto-Lei n.º 269/90 de 31 de Agosto.

O objectivo estabelecido para este fundo é o pagamento do complemento de pensão a militares que transitam para a situação de reforma nas condições previstas no Art.º 11.º do D.L. n.º 34-A/90 (passagem automática à situação de reforma por limite de idade), caso as suas pensões resultem inferiores às que teriam direito se não lhes fosse aplicado o calendário de transição. O direito ao abono mantém-se até aos 70 anos, altura em que será feito novo cálculo da pensão e se este resultar superior à pensão já recebida, haverá novamente lugar à atribuição de complemento de pensão.

O diploma prevê que o complemento de pensão se aplica também a todos os reformados militares, conforme consta do seu Artigo 5.º, prevendo-se que a partir de Julho de 1991, os beneficiários cuja pensão seja inferior a 80% do valor de referência, serão abonados de 2% deste valor ou do montante necessário para atingirem o mínimo de 60% daquele valor. Depois de 1993, haverá subidas percentuais até 80% daquele valor, a atingir no ano 2000.

Aos militares com mais de 80 anos de idade, aplica-se já no mês de Janeiro próximo a percentagem de 80% do valor de referência.

O valor de referência é o da pensão actual para o mesmo posto e circunstâncias.

Os militares no activo descontam 1% sobre o montante das remunerações que compõem o valor de referência, iniciando-se o pagamento em Outubro de 1990. Aos reformados será descontado 0,5%, a partir

do início do pagamento dos complementos de pensão, mas apenas aos que carecem deste complemento.

Estes complementos transmitem-se às pensões de sobrevivência.

Os militares que não queiram ser participantes, deverão declará-lo expressamente até 30 de Setembro de 1990 nas Unidades, se no activo, ou na Caixa Geral de Aposentações.

Na nossa opinião este Fundo não se reveste de interesse para os reformados que já tenham as pensões calculadas em relação aos vencimentos actualizados do activo».

No segundo caso, o que trata de «retenção-poupança» de IRS, o que interessa dizer, de forma rápida, é que ele indica a forma como os titulares de rendimentos de trabalho ou de pensões podem optar pela retenção de IRS, mediante taxas inteiras mensais fixas e dentro de determinados limites, sendo abonados juros de 14% ao ano sobre a diferença entre a importância total retida e a que corresponderá ao imposto a pagar, tomando-se sempre em conta as deduções e abatimentos devidos em cada caso, assim como o tempo decorrido entre a verificação da situação de crédito e o mês anterior à liquidação.

No caso de ser achado de interesse esta opção, há que saber que:

Artigo 3.º

Forma de exercer a opção

1 — A opção pela retenção, nos termos do disposto no artigo 1.º, pode ser efectuada pelo sujeito passivo a qualquer momento, mediante a apresentação à entidade pagadora dos rendimentos de uma declaração da qual conste:

- a) A identificação fiscal do declarante;
- b) A declaração de opção pela retenção segundo taxa mensal fixa, ao abrigo do disposto no presente decreto regulamentar;
- c) A indicação da taxa de retenção;
- d) A assinatura do declarante.

JOSÉ NUNES GUERREIRO, sócio n.º 9256, natural e residente em S. Sebastião, Concelho de Loulé, faleceu no passado dia 24 de Fevereiro de 1990, devido a choque traumático e hemorrágico.

Sócio com 20 por cento de desvalorização sofreu o seu acidente em Angola, com uma máquina de terraplanagem.

Deixa viúva a Sr.ª Dona Cesaltina Baptista Mestre e um filho.

ANTÓNIO DA CRUZ MARTINS, sócio n.º 8047, natural e residente em Caxarias, Concelho de Vila Nova de Ourém, faleceu no passado dia 12 de Março de 1990 devido

a acidente vascular cerebral.

Sócio sem grau de desvalorização, sofreu o seu acidente em Estremoz. Deixa viúva a Sr.ª Dona Arminda Angélica Bento e uma filha.

ALCINO DE JESUS MONTEIRO sócio n.º 4438, natural e residente em Oliveira de Azeméis, Concelho de Oliveira de Azeméis, faleceu no passado dia 9 de Abril de 1990.

Sócio com 100 por cento de desvalorização, sofreu o seu acidente em Moçambique aquando do rebentamento de uma mina A/C e A/P.

GRANDES DEFICIENTES EM SERVIÇO

Tomou conhecimento a ADFA de que o Decreto-Lei sobre «Grande Deficiente das Forças Armadas» (GDFAS), aprovado em Conselho de Ministros de 23 de Agosto último, foi já promulgado pelo Chefe de Estado, aguardando-se para muito breve a sua publicação em Diário da República.

Embora se pense tratar mais desenvolvidamente este documento, quando publicado, podemos adiantar, de forma geral, que são consi-

derados GDFAS os militares cuja desvalorização, em termos de deficiência e de capacidade geral de ganho, seja igual ou superior a 80%, sendo ainda passíveis de abono suplementar de invalidez em função da respectiva percentagem e de prestação suplementar de invalidez os de incapacidade igual ou superior a 90%, sendo também a todos concedidos alguns dos direitos e regalias constantes em Artigos do Dec.-Lei 43/76.

ÚLTIMA HORA

Aquisição de viaturas pelos DFA

Embora em tempo oportuno venha a ser mais detalhadamente tratado este assunto, não queremos deixar de informar os sócios interessados que, por ofício de 26SET, data de impressão deste ELO, a Direcção Geral das Alfândegas informa a Associação que, por despacho do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, foi autorizado o prosseguimento dos processos referentes a veículos cuja cilindrada respeite o limite estipulado no art.º 4.º do Dec.-Lei 103-A/90, com os benefícios aduaneiros-fiscais concedidos por referência ao art.º 15.º do Dec.-Lei 43/76.

Recorde-se que este processo foi levantado pela ADFA face a dificuldades e dúvidas suscitadas, tendo para tal facto chamado a atenção, em 27 de Agosto passado, do Secretário de Estado Adjunto da Defesa Nacional que, mais uma vez, se empenhou rapidamente no desbloquear da situação.

SÓCIOS FALECIDOS

Deixa viúva a Sr.ª Dona Maria da Conceição Oliveira dos Santos.

JOSÉ FRANCISCO F. CASTRO MOUTINHO, sócio n.º 8528, natural e residente em Campanhã, Concelho do Porto, faleceu no passado dia 2 de Maio de 1990.

Sócio com 40 por cento de desvalorização sofreu o seu acidente em Moçambique.

ANTÓNIO PEREIRA BRANCO, sócio n.º 9682, natural de Monteiras, e residente em Lugar do Eiró, Concelho de Castro Daire, faleceu no passado dia 26 de Maio de 1990.

Sócio com 30 por cento de desvalorização, sofreu o seu acidente em Angola aquando de uma emboscada.

Deixa viúva a Sr.ª Dona Laurentina Pereira Rodrigues e nove filhos.

JOSÉ PESTANA, sócio n.º 6204, natural e residente em Sítio do Lombo, Concelho de Ribeira Brava, faleceu no passado dia 6 de Junho de 1990, devido a enfarte do miocárdio.

Sócio com pensão de sangue, deixa viúva a Sr.ª

Dona Agostinha do Espírito Santos Ferreira.

ANTÓNIO DE JESUS ANTUNES, sócio n.º 10076, natural de Oleiros e residente na Damaia, Concelho de Amadora, faleceu no passado dia 12 de Junho de 1990.

Sócio com 10 por cento de desvalorização, sofreu o seu acidente em Angola, quando procedia ao teste de uma viatura.

Deixa viúva a Sr.ª Dona Noémia Martins Lopes e um filho.

RAIMUNDO ROSA ALVES, sócio n.º 3347, natural de S. Vicente e residente em Póvoa de Santo Adrião, Concelho de Loures, faleceu no passado dia 5 de Agosto de 1990.

Sócio com 43 por cento de desvalorização sofreu o seu acidente em Tomar quando se deslocava numa coluna militar.

Deixa viúva a Sr.ª Dona Maria de Lurdes Fernandes da Fonseca Alves.

Aos familiares e amigos destes nossos sócios apresentamos as nossas sentidas condolências.



Propriedade, Administração e Redacção:
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
Palácio da Independência
L. S. Domingos — 1194 Lisboa Codex
Tel. 346 21 67/8

Composto e impresso: INTERPRESS Gráfica, Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA

Tiragem deste número: 8 500 exemplares

Redacção, secretariado, fotografia, revisão e maquetagem:
José Manuel Sande, Luísa Rodrigues e Armindo Roque.

Contactos oficiais

P. M.

Nova audiência com o Secretário de Estado Adjunto da Defesa Nacional

A 17 de Setembro, na Secretaria de Estado da Defesa Nacional e por parte do seu titular, dr. Eugénio Ramos, foi concedida audiência à nossa Associação que para o efeito se fez representar pelo Presidente e Primeiro-Secretário da Direcção Central, José Arruda e Patuleia Mendes.

A ADFA começou por manifestar o seu reconhecimento e congratulação pelo empenhamento do MDN, e o papel fundamental em tal sentido assumido pelo Secretário de Estado, para que a 23 de Agosto findo o Conselho de Ministros aprovasse o Decreto-Lei que, finalmente, vem fazer justiça aos militares que contraíram, e àqueles que possam vir a contrair, grandes deficiências em serviço.

Este documento, absolutamente inovador dentro do panorama legislativo português que, como a nossa Associação sempre defendeu, vem compensar as grandes diminuições de capacidade de ganho, aos militares deficientes, abstraindo-se da localização e do nexos com campanha como as mesmas

foram adquiridas, revolucionando toda a filosofia que vinha a ser, desde há largas décadas, governamentalmente defendida e que dividia em dois sectores, com gritante marginalização e injustiça para os segundos, os grandes deficientes militares em campanha e em serviço.

Em seguida, deu-se conhecimento ao dr. Eugénio Ramos dos membros que compõem a Delegação da ADFA que, a convite da Associação dos Combatentes a Luta de Libertação Nacional de Moçambique, a este país se desloca, tendo-lhe sido explanado o critério subjacente à escolha de cada um desses três elementos. A ADFA agradeceu a satisfação do apoio financeiro solicitado ao Ministério para custear a deslocação e salientou que foi com agrado que, tal como oportunamente tinha manifestado ser seu entendimento que a delegação portuguesa deveria incluir um representante do MDN, viu não só tal proposta aceite como para tal efeito nomeado o dr. Adérito Neto Pinto.

O Secretário de Estado Adjunto incentivou o tra-

balho da ADFA em matéria de cooperação, tendo divulgado que para tal área se prevê, na proposta orçamental do Estado para 1991, um assinalável acréscimo, por parte daquele Ministério, de verbas a canalizar para os países africanos de expressão oficial portuguesa e que na sua atribuição e priorização, em contacto com as respectivas Associações de antigos combatentes, a ADFA poderá vir a ter um papel de muito realce.

Trocadas opiniões e explanadas ideias sobre os campos primordiais a equacionar e inventariar em Moçambique, não descurando a assistência protésica que, juridicamente da responsabilidade portuguesa, deve continuar a ser prestada aos moçambicanos que combateram nas Forças Armadas Portuguesas durante a guerra, deu-se rápido conhecimento àquele responsável governamental da situação que concerne à próxima conclusão da 1.ª fase de construção a nova Sede e do para breve lançamento a concurso público restrito da 2.ª fase.

Tendo-se, seguidamente, afluído a preocupação a ADFA com referência à situação que será criada à sua Tipografia-escola, localizada no HMP-Anexo, à luz do conhecimento, que é comum, que o MDN prevê, a espaço que se afigura curto, a alienação do terreno onde se encontram situadas aquelas instalações hospitalares, tal inquietação foi, no momento, desvanecida pelo dr. Eugénio Ramos, que garantiu o estudo e encontro de solução adequada, para audiência que se dignará conceder à ADFA aquando do regresso da Delegação que se desloca a Moçambique.

Finalmente, o Secretário de Estado aceitou o convite que lhe foi formulado para estar presente, no dia 24 de Outubro próximo, na cerimónia de apresentação pública das medalhas mandadas cunhar relativamente à nova Sede, e que constituirão testemunho de contributo para a sua construção, abrindo este acto, oficialmente, a respectiva campanha externa para angariação de fundos.

Reunião na Direcção-Geral de Cooperação do Ministério dos Negócios Estrangeiros

No dia 12 de Setembro, na Direcção-Geral de Cooperação, da respectiva Secretaria de Estado do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e pelo seu sub-director geral, dr. Vieira Branco, foi recebida uma Delegação da ADFA composta pelos Presidente e 1.º Secretário da Direcção Central, José Arruda e Patuleia Mendes e pelo chefe de departamento de Formação Profissional da Sede, Sarmiento Coelho, a fim de serem trocadas opiniões e perspectivados os objectivos de cooperação com a participação daquele Ministério, designadamente com referência aos temas tratados na «II Conferência de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau» e ao subsequente protocolo celebrado entre a ADFA e a Associação de Combatentes da Luta de Libertação Nacional de Moçambique, e a visita que proximamente se iniciará por representantes da nossa Associação

àquele país, a convite da mencionada organização congénere moçambicana.

Os elementos intervenientes por parte da ADFA salientaram as virtualidades da celebração daquele documento que embora de cariz ainda embrionário delinea diversas áreas de âmbito positivo e concreto em que a cooperação se poderá estabelecer, disponibilizando-se a ADFA para, em consonância com a política externa portuguesa, colaborar no desbloqueamento e equacionamento de problemas e no encontro de soluções, de harmonia com as carências apresentadas e manifestadas pelos antigos combatentes de Moçambique. Evidenciou-se, por outro lado, ser entendimento da ADFA que é este o papel que lhe compete perante a sociedade, posicionando-se como «Organização Não Governamental», mas interveniente de forma activa nas diversas vertentes eminentemente sociais que respeitam às necessi-

dades e interesses dos antigos combatentes e deficientes militares, a nível nacional e internacional, como membro da Federação Mundial de Antigos Combatentes.

O dr. Vieira Branco manifestou total abertura e inteira disponibilidade do M. N. E. para se implementarem rapidamente vias de concretização das diversas perspectivas de cooperação expressas no protocolo celebrado e outras que venham a ser equacionadas durante a viagem de trabalho a Moçambique. Realçado, elogiosamente, o papel da nossa Associação na área da cooperação, foi sugerido um maior empenhamento da ADFA neste campo e garantiu-se todo o apoio, por parte daquele Ministério, a todas as acções a levar a efeito de âmbito comercial, de Formação Profissional e de quadros associativos, que deverão assentar em projectos apresentados pelas organizações de cada um dos países africanos de expressão oficial portu-

guesa que tal solicitem, sendo para aquele departamento governamental entendida como importante, por merecedora de todo o crédito, a intervenção da ADFA como elemento de contacto e acompanhamento de todo o trabalho consequente a desenvolver com Portugal.

Com todo este importante e valioso recheio a incluir na bagagem que a ADFA transportará para Moçambique, se concluiu a audiência concedida pelo Sub-Director Geral de Cooperação, não podendo deixar de salientarse o ambiente construtivo, sem profunda formalidade, como decorreu, realçando-se ainda a presença, na sua parte final, da dr.ª Amélia Paiva, assessora do mesmo gabinete, e que teve, dentro das suas competências, tarefa de muito mérito na cooperação que o M. N. E. prestou à II Conferência de Antigos Combatentes».

EDITORIAL

A ADFA, ante a publicação do Decreto-Lei 43/76, manifestou inequivocamente a sua total discordância pela continuidade da forma marginal e injusta como ficaram arredados de uma digna compensação social e económica os grandes deficientes militares em serviço, pela profunda diminuição da sua capacidade de ganho, e consequente dificuldade de angariar meios de sustento, adquirida no cumprimento do Dever aquando da sua permanência nas Forças Armadas Portuguesas.

A filosofia defendida pela nossa Associação em tal matéria baseou-se sempre, e indubitavelmente, no primado de que os militares e ex-militares portadores de profundas deficiências deveriam ser, e dentro de parâmetros a estabelecer, considerados e reconhecidos pelo seu alto grau de incapacidade, independentemente do local, ou situação de agravamento de risco, onde serviam no momento em que se verificou a situação que lhes originou a deficiência. No final da década de 70 chegou mesmo a ser emitido parecer favorável para a aprovação de diploma que abrangia os contornos defendidos e definidos pela ADFA, não tendo, no entanto, as autoridades com capacidade de intervenção política na matéria àquela data, tido a perspectiva e amplitude de horizontes para a aprovação e publicação de legislação de tal modo avançada, ao mesmo tempo corajosa e inovadora. Na batalha, durante tantos anos insana, de convencer da validade do espírito por nós defendido, realça-se, com todo o mérito e justiça, o trabalho árduo desenvolvido por todos os executivos da Associação, ao longo de anos, em dezenas de audiências, no secretismo de gabinetes, na defesa intransigente dos justos direitos de todos os sócios, quantas vezes por estes incompreendidos e até algumas vezes ofendidos.

A nossa estabilidade associativa e a existência, pela primeira vez em Portugal, de um Governo que cumpre os quatro anos de legislatura, situação, nunca antes encontrada por nenhuma Direcção da nossa casa, concorreram, sem dúvida e objectivamente, para que se alterasse, em profundidade, o divórcio que se vinha mantendo, há quase década e meia, entre as posições que a ADFA defendia e as que sucessivos Governos não entendiam, no reconhecimento a prestar por parte da Nação aos grandes deficientes militares em serviço; e se não é estranha à identidade de opiniões encontradas, a capacidade interventiva da ADFA, pela sua actividade dialogante nunca constituída em anti-Poder, também o não é a sensibilidade e a abertura a este tema dedicados pelo Governo, permitindo-se-nos realçar a acção do Ministério da Defesa Nacional, com destaque para o seu Secretário de Estado, dr. Eugénio Ramos.

A presença deste responsável governamental em Bad-Ischl, na V Conferência da FMAC sobre legislação, realizada já em Abril de 1988, a sua visita à Sede da ADFA em Novembro desse mesmo ano, o ambiente aberto, funcional e eficiente que sempre imprimiu às muitas audiências que nos concedeu, contribuíram significativamente, não o duvidamos, para o empenhamento do MDN na defesa do Projecto-Lei de grandes deficientes militares em serviço e que veio permitir que em 1990 se encontrassem reunidas as vontades políticas, perspectivados os horizontes de futuro e assumida a coragem de alterar ideias ultrapassadas, que levaram à aprovação, em 23 de Agosto último, deste novo marco fundamental dentro da legislação para deficientes militares.

Tal documento, de âmbito absolutamente inovador em termos de avanço jurídico, talvez até pelo seu tardio corolário somente comparável ao Dec.-Lei 43/76, vem reconhecer aos grandes deficientes militares já existentes e aos actuais militares que possam vir a contrair incapacidade de alto grau, o direito a uma vida digna, não estando em causa o local e a forma como a adquiriram ao serviço das Forças Armadas, correspondendo tal entendimento a que o seu cumprimento, tanto em tempo de guerra como em tempo de Paz, constituiu permanente situação de risco.

Este primeiro passo dado pela legislação ao encontro dos grandes deficientes em serviço, fruto de longo e árduo diálogo mantido pela nossa Associação e que agora encontrou eco na vontade governamental, mantém-se acesa a esperança de que, num futuro mais ou menos próximo, venha também a ser enquadrada legalmente a situação dos ex-militares que contraíram graves deficiências motoras, sensoriais ou psíquicas durante o cumprimento do seu Dever, cujo acidente ou doença não foi considerado em serviço (sem nexos de causalidade) e que aguardam no seio das famílias e/ou ainda nos hospitais militares, no desespero das cadeiras de rodas, que lhes sejam proporcionadas justas perspectivas de vida.

A DIRECÇÃO CENTRAL

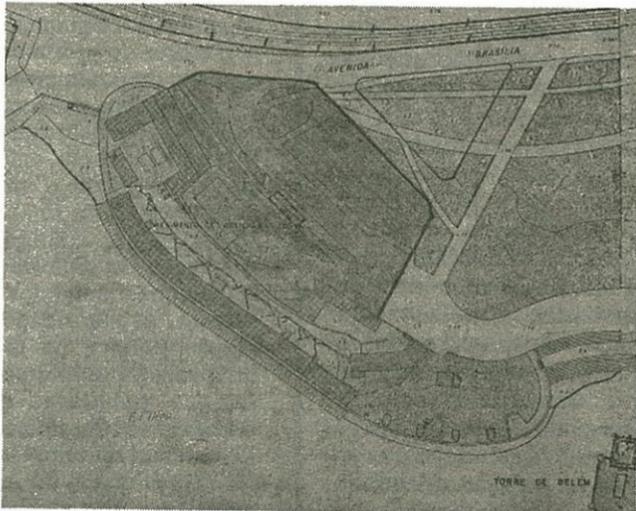
ADFA participa em reunião da Comissão Executiva do Monumento aos Combatentes do Ultramar

A Direcção Central da ADFA, representada pelo seu 1.º Secretário, Patuleia Mendes, participou, em 20 do corrente, com outras instituições que integram a Comissão Executiva do Monumento aos Combatentes do Ultramar, num encontro a fim de ser tomada decisão acerca da mais recente proposta para a localização do monumento, prevista para a zona da Torre de Belém, junto ao Forte do Bom Sucesso (ver croquis).

Aceite unanimemente tal proposta, em alternativa à anterior possibilidade do Campo das Missas (a Belém), atendendo à dignidade histórica do local e, à inserção do monumento numa área que perpetuará, em paralelo, o início e o final do «Ciclo do Império», foi mandado o Presidente da Comissão, general Altino de Magalhães (Liga dos Combatentes), para em reunião a haver no dia seguinte, convocada pelo Ministro da Defesa Nacional, manifestar a opi-

nião assumida.

Recorda-se, para os menos atentos, que a ADFA integra esta Comissão desde princípios de 1987, tendo sido sancionada essa presença



pelo Conselho Nacional de Outubro do mesmo ano. Por outro lado, e a par do interesse da Associação na construção deste símbolo nacional que evoca o combatente português, mantém-se aberta toda a sua disponibilidade para, em conformidade com o espírito e conclu-

sões da I Conferência de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, avançar para a concretização do projecto de se erguer, nas capitais dos

quatro países da União, um monumento de objectivos mais abrangentes e universalistas, símbolo aqui da Paz, cooperação e amizade entre os Povos.

ELO teve conhecimento, entretanto, de que na reunião havida no gabinete do Ministro da Defesa

Nacional, Fernando Nogueira, e onde, além do próprio, se encontravam, designadamente, o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, o Secretário de Estado Adjunto da Defesa Nacional, o Chefe de Gabinete do Secretário de Estado das Obras Públicas, os Presidentes do IPPC e da APL e o vereador Vasco Franco, da Câmara Municipal de Lisboa, assim como o general Altino de Magalhães, foi aceite, por consenso, a localização anteriormente referida.

Sabendo-se da intenção do Estado-Maior do Exército de afectar para área de apoio e «Museu do Combatente» as estruturas do Forte do Bom Sucesso, o que significará a zona envolvente e o próprio monumento, a erigir dentro dos conceitos que a ADFA defende, a nossa Associação, no seio da respectiva Comissão Executiva, continuará a dar o melhor esforço para a sua rápida edificação.

Visita à sede dos finalistas do curso de especialização em enfermagem de reabilitação

A exemplo do sucedido no ano transacto e por iniciativa das enfermeiras Brás Dias e Castanheira, visitaram a Sede da nossa Associação cerca de três dezenas de finalistas do XXVII Curso de Especialização em Enfermagem de Reabilitação que decorreu, durante dezoito meses, na Escola Superior de Enfermagem de Maria Fernanda Resende, com o intuito de, no final desta aprendizagem específica, terem contacto directo com uma organização de deficientes e se inteirarem «in loco» de toda a problemática de reabilitação e integração levada a cabo após o tratamento físico e hospitalar da pessoa portadora, de deficiência.

Para facilitar a capacidade de diálogo e permitir melhor mobilidade, foi aquele grupo dividido em dois, sendo recebidos cada um, respectivamente, nos dias 30 de Junho pelo 1.º Secretário da Direcção Central, Patuleia Mendes e 31 pelo seu Presidente, José Arruda. Acompanharam em ambos os dias estes dirigentes associativos e os visitantes, o responsável do GOS, Major Lopes Dias, a psicóloga clínica, dr.ª Paula Frazão e a assistente social, dr.ª Gracinda Benedito.

Inicialmente e feitas as apresentações indivi-

duais, foi feita uma explanação aos enfermeiros presentes, todos eles com mais de uma década de experiência, do historial,



sistema organizativo e grandes objectivos da ADFA, complementada com uma exibição audiovisual, seguida de vivo, animado e interessado debate, que antecipou um pequeno intervalo. Seguiu-se o contacto com todos os serviços da Sede, onde em cada um lhes foi explicada a amplitude dos trabalhos aí desenvolvidos; foram mais sensíveis os recém-reformados enfermeiros de reabilitação, às áreas da psicologia comportamental do stress

pós-traumático e da formação profissional, designadamente o curso de cerâmica que viram em plena laboração.

Pelo final da manhã terminaram os encontros com um almoço na nossa cantina, aproveitando também para uma última troca de opiniões, sendo bem visível a satisfação com que aqueles profissionais de saúde, agora dedicados em especial às áreas da reabilitação, saíram da visita, por um lado em face do conhecimento mais aprofundado da realidade objectiva em que se constituiu a ADFA, para quase todos uma organização semi-distante e

algo desconhecida, e por outro, pelo conhecimento prático da aplicação, por parte de uma organização de deficientes, de algu-

Falecimento do general Elmano Rocha director do «Jornal do Exército»

No passado dia 10 de Agosto faleceu o general Elmano Rocha, militar de carreira brilhante e Director do «Jornal do Exército». Submetido semanas antes a intervenção cirúrgicamente bem sucedida, aquele distinto elemento das Forças Armadas não viria a recuperar a consciência após o processo operatório.

O Director do nosso jornal, em nome do ELO, apresentou, na câmara ardente na Basílica da Estrela, as condolências aos seus familiares e ao «Jornal do Exército», na pessoa do tenente-coronel Machado Dinis, chefe de Redacção da publicação que o malogrado militar dirigia, tendo endereçado, e no mesmo sentido, um telegrama a toda a sua equipa.

Recorda-se que o general Elmano Rocha foi o anfitrião do VI Colóquio da Imprensa Militar,

onde ELO também esteve presente, nos dias 13, 14 e 15 de Janeiro último, coincidindo com o trigésimo aniversário daquela prestigiada publicação, e que no dia 14 do mesmo mês, tal como ELO divulgou então, visitou a Sede da Associação, para um encontro, a convite do Director do nosso jornal, em que foi feita, pelos Presidentes da Direcção Central e diversos chefes de departamento, uma explanação sobre a realidade que é a ADFA e a situação e problemática que concerne aos deficientes militares, temas pelos quais demonstrou o maior interesse e sensibilidade.

Pelo dinamismo e espírito jovial que lhe conhecíamos, o desaparecimento inesperado daquele brilhante oficial general deixa vultosa lacuna na família da Imprensa Militar.

Serviço da gama «Renault»

Atendimento aos sócios:

Sede: dias úteis das 16 às 18 horas.

Porto: Primeiro sábado de cada mês.

Restantes Delegações: de acordo com os pedidos.

Viaturas RENAULT

PREÇOS NAS CORES OPACAS

EM VIGOR A PARTIR DE 09.04.90

MODELOS	PREÇO BASE	P. V. P.
Renault 4 TL Savane	757 930\$00	1 026 828\$00
Renault 4 Clan	722 829\$00	1 049 127\$00
Renault 4 GTL	846 931\$00	1 194 326\$00
Renault 5 Campus 3 p	917 881\$00	1 213 970\$00
Renault 5 Campus 5 p	969 084\$00	1 273 878\$00
Renault 5 Jeans 3 p	860 007\$00	1 209 625\$00
Renault 5 Jeans 5 p	908 507\$00	1 266 370\$00
Renault 5 TL Saga 3 p	988 512\$00	1 359 976\$00
Renault 5 TL Saga 5 p	1 038 322\$00	1 418 253\$00
Renault 5 GTR 3 p	1 058 585\$00	1 505 352\$00
Renault 5 GTR 5 p	1 107 493\$00	1 562 574\$00
Renault 5 GTX	1 295 152\$00	1 914 936\$00
Renault 19 TR 3 p	1 185 507\$00	1 659 700\$00
Renault 19 TR 5 p	1 280 001\$00	1 770 258\$00
Renault 19 GTS 3 p	1 286 596\$00	1 904 756\$00
Renault 19 GTS 5 p	1 384 334\$00	2 019 109\$00
Renault 19 TSE	1 564 219\$00	2 229 575\$00
Renault 19 Chamade TR	1 292 673\$00	1 785 085\$00
Renault 19 Chamade GTS	1 412 022\$00	2 011 209\$00
Renault 19 Chamade TSE	1 595 504\$00	2 220 648\$00
Renault 21 GTL Tricorpo	1 697 163\$00	2 395 099\$00
Renault 21 GTL Bicorpo	1 697 163\$00	2 395 099\$00
Renault Express Combi 5 lug.	1 220 981\$00	1 631 964\$00
Renault Express GTC	1 316 009\$00	1 743 147\$00
VIATURAS A DIESEL		
Renault 5 GTD	1 450 445\$00	2 439 445\$00
Renault 19 GTD	1 663 214\$00	4 241 852\$00
Renault 19 Chamade GTD	1 696 479\$00	4 232 360\$00
Renault 21 GSD Tricorpo	1 915 913\$00	4 541 470\$00
Renault 21 T.DX Tricorpo	2 296 407\$00	6 824 484\$00
Renault 21 GSD Bicorpo	1 915 913\$00	4 541 470\$00
PREÇOS PREVISTOS DAS VIATURAS DE CAIXA AUTOMÁTICA		
Renault 19 GTS 3 p	1 389 404\$00	2 225 041\$00
Renault 19 GTS 5 p	1 484 758\$00	2 336 605\$00
Renault 19 TSE 5 p	1 660 255\$00	2 341 937\$00
Renault 19 Chamade GTS	1 511 770\$00	2 168 209\$00
Renault 19 Chamade TSE	1 690 777\$00	2 377 648\$00

Transferência + Transportes = R 5 — 12.500\$00; R 19 — 17.500\$00; R 21 — 20.885\$00; R 19 CHAMADE — 20.885\$00.

NOTA: Os preços aqui apresentados não contemplam as cores metalizadas. As cores metalizadas variam entre os 18 000\$00 e 26 000\$00 mais, conforme o modelo.

VENDAS ESPECIAIS PARA DEFICIENTES: Estimado sócio, se está comprador de uma viatura RENAULT, pode pedir informações na sede pelo tel.: 3462167/8/9 das 16 h às 18 h ou depois das 20 h tele: 4431951, o delegado de vendas Sr. Bernardes.

DELEGAÇÕES • DELEGAÇÕES

COIMBRA

M.M.

III Prova de Pesca Desportiva para Deficientes

No âmbito das iniciativas do Projecto Distrito/Programa Hélios, realizou-se no Choupalinho, em Coimbra a III Prova de Pesca Desportiva para Deficientes, o que demonstra o interesse que tem no seio das organizações de e para deficientes.

A competição foi ganha pelo atleta Carlos Gomes (deficiente motor), do

Clube Desportivo e Cultural de Penacova, tendo os representantes da A.D.F.A. obtido boas classificações:

José Martins Maia — 3.º lugar; Mário Dinis dos Santos — 4.º lugar; Fernando Lucas 7.º lugar.

No final houve uma sardinhada onde a boa disposição e confraternização entre os participantes foi patente.

A.D.F.A. na final do Campeonato Nacional de Clubes

Depois de um segundo lugar após as quatro mãos da eliminatória preliminar nas provas disputadas entre os 18 clubes das zonas Norte e Centro, a equipa de pesca da A.D.F.A. garantiu a presença na final do Campeonato Nacional de Clubes que se vai realizar nos fins do mês de Setembro.

Após 12 horas de prova, os atletas da nossa Associação conseguiram um brilhante 1.º lugar na geral, qualificando-se para a final.

O grande objectivo da A.D.F.A. era a conquista de um dos primeiros 10 lugares, mas mais uma vez se provou que indiscutivelmente a equipa de pesca de rio da Delegação de Coimbra é uma das melhores do país.

ADFA/Coimbra reforça actividade

As segundas e sextas-feiras, entre as 9 h e as 12 h, presta serviço na ADFA a sr.ª dr.ª Isabel Brito do Amaral, técnica de Serviço Social que integra os quadros da Câmara Municipal de Coimbra, cujo Vereador do Pelouro de Acção Social deu aval para a sua colaboração com a ADFA.

Esta técnica está integrada no Departamento de Dinamização, Cultura

e Desporto da Delegação, tendo já sido por si elaborado um projecto, «Alô COIMBRA», que engloba várias acções, entre as quais se destacam os contactos com o Governo Civil do Distrito, Quartel General da RM/Centro, «Programa HÉLIOS», PSP e Guarda Fiscal, sendo seu objectivo definir e garantir alguns dos direitos dos deficientes militares, sobretudo para aque-

les que têm maiores deficiências e que, por inexistência de legislação adequada, se vêm abandonados depois de deficientes no cumprimento dos seus deveres pátrios.

O projecto «ALÔ COIMBRA» é dirigido a toda a população do nosso Distrito, que abrange 17 Concelhos, tendo sido apresentado ao Governador Civil do Distrito, dr. Jaime Ramos, em audiência privada a uma Delegação da ADFA composta pelo Presidente da Direcção, José M. Maia e dr.ª Isabel, realizada em 13 de Agosto último.

Deste projecto, contamos dar informações mais detalhadas em próximos números do ELO.

Para já, o Governador Civil garantiu o seu empenhamento pessoal, mostrando total disponibilidade no possível apoio às iniciativas da ADFA, quando para tal solicitado.

A VII Prova Nacional de Pesca Desportiva de Rio, de organização da ADFA, a realizar em 28 de Outubro, é disso exemplo, através do patrocínio do Governo Civil de Coimbra.

No âmbito das iniciativas do Projecto Distrito/«Programa HÉLIOS», o responsável pelo Departamento de Cultura e Desporto, trabalhador da Delegação José M. Maia, irá estar presente num encontro europeu subordinado ao tema «O Meio de Comunicação Social e a Integração da Pessoa Deficiente», que se realizará nos próximos dias 15 e 16 de Novembro, na Quinta da Fonte Quente-Tocha.

A ADFA irá igualmente estar presente nas «I Jornadas Internacionais de Paralesia Cerebral», que terão lugar no Auditório da Universidade de Coimbra nos dias 18, 19 e 20 de Outubro, sendo a organização do Núcleo Regional do Centro.

Questionário aos sócios

Solicita-se a todos os associados o favor de nos enviarem os questionários devidamente preenchidos, para que no mais breve espaço de tempo, se proceda à análise informática dos dados já obtidos. Chamamos a atenção dos sócios que tenham perdido os questionários, o favor de contactar a Delegação a fim de lhes ser entregue outro exemplar.

Mais uma vez vos queremos lembrar da importância dos questionários pelos dados que daí podemos extrair e que culminarão com a prestação de uma melhor resposta às necessidades dos sócios.

VII Grande Concurso Nacional de Pesca Desportiva de Rio

No dia 28 de Outubro próximo, conforme notícia publicada já no ELO de Julho, vai a Delegação organizar, mais uma vez, esta prova de carácter nacional, a qual, pela dimensão já atingida e pelo número de concorrentes que envolve, julga-se ser, sem qualquer dúvida, uma excelente contribuição para a boa imagem externa da ADFA.

Pretende-se alargar o já vasto lote de prémios, que inclui desde as habituais taças e medalhas e artísticos troféus e anzóis de ouro, lembrou-se a Secção de Dinamização, Cultura e Desporto, que organiza a prova, de o fazer através da oferta, que já foi solicitada, por parte das restantes Delegações e da Sede, de peças de artesanato característico da zona de implantação de cada uma, o que para além de inovador pode ser exemplo para outras entidades, dado o aspecto que encerra de divulgação da nossa riqueza cultural.

FUNCHAL

Festa de Natal/90

Deseja a Delegação que a Festa de Natal deste ano tenha o maior brilho e êxito possíveis, pelo que nesse sentido resolveu proceder a um aliciante sorteio, por ocasião da primeira lotaria nacional de Dezembro (7.12.90), de umas mini-férias de 5 dias, para quatro pessoas, na ilha da Madeira, no período esplendoroso (!) do célebre «fim do ano no Funchal» (29DEZ/02/JAN).

Na verdade, pelo preço de 500\$00 por bilhete, o concorrente habilita-se «apenas» ao seguinte:

• passagem por via aérea de Lisboa, Porto ou

Ponta Delgada/Funchal e vice-versa;

• alojamento em hotel, em quarto duplo c/banho, em regime de 1/2 pensão e

• seguro de viagem (5000 contos/pessoa).

Obs.: a data de gozo do prémio pode ser alterada conforme mais convier ao vencedor.

Dado que se espera grande procura de bilhetes, foi já enviada uma certa quantidade para todas as Delegações, Núcleos e Sede, podendo ser aí adquiridos, recomendando-se que os interessados o façam o mais rápido possível a fim de, em caso de faltarem, poderem ser pedidos mais para o Fun-

chal, ainda a tempo do concurso.

Para efeitos de controlo, a venda deverá encerrar, o mais tardar, em 25 de Novembro (Domingo).

E BOA SORTE! Cá os esperamos no fim do ano.

UISEU

Consultas médicas

Em virtude da entrada em vigor do regime de exclusividade dos médicos, o quadro das consultas clínicas desta Delegação passa a ser o seguinte:

• dr. Idálio Braguês da Costa — 3.ª e 5.ª feiras a partir das 15H30;

• dr. Vasco Jorge —

2.ª a 6.ª feiras, a partir das 17H e

• dr. António Amaral dos Santos — 2.ª a 6.ª feiras, a partir das 17H.

Por outro lado, e devido ao pouco afluxo de associados às consultas de Sábado, na Delegação, as mesmas terminaram.

ÀS DELEGAÇÕES:

ELO aproveita para solicitar a todas as Delegações que informem a Redacção dos seus serviços de assistência médica e psicossocial, de modo a se poder publicar um quadro geral actualizado do apoio prestado aos sócios.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL — SEDE

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas-ADFA, tem vindo a realizar, desde 1987, cursos de Formação Profissional com o apoio do Instituto do Emprego e Formação Profissional/Fundo Social Europeu (IEFP/FSE), numa perspectiva integrada com resultados já reconhecidos.

É neste contexto que a ADFA/DFP continua a encarar a «formação profissional» como um patamar importante no sentido de reintegrar na sociedade e no mercado de trabalho os seus sócios/formados.

São destinatários destes cursos, indivíduos portadores de deficiências, maiores e menores, possuidores da escolaridade obrigatória ou experiência comprovada na área em que se inscrevem, excepto no caso de «técnico ceramista» cuja escolaridade pretendida é apenas, e no mínimo, a 4.ª classe.

Todos os indivíduos inscritos serão contactados a fim de comparecerem na Sede da ADFA (Palácio da Independência, Largo de S. Domingos — Departamento de Formação Profissional), para serem sujeitos a uma avaliação/selecção, a qual indicará todos os indivíduos que poderão vir a frequentar os diferentes cursos, assim como orientará aqueles que possam ter ficado com dúvidas quando da inscrição.

Estes testes terão lugar em Novembro do corrente ano, devendo as inscrições ser efectuadas até ao mês de Outubro.

Os cursos que serão ministrados em 1991, são os seguintes:

1. — Técnico Ceramista

Duração — 3 anos com início a 02/01/91

Regime de Formação — Laboral, 7 horas/dia

2. — Técnico Reparador de Electrodomésticos

Objectivos — Especializar indivíduos na reparação de aparelhos electrodomésticos (frio e electrónica).

Duração — 3 anos com início a 02/01/91 (Inclui estágio).

Regime de Formação — Laboral, 6 horas/dia.

Local de Realização — Lar Militar Av. Rainha D. Amélia, 1600 Lisboa.

3. — Técnico de Artes Gráficas

Objectivos — Qualificar os formandos com conhecimentos teóricos e práticos para serem integrados em empresas de artes gráficas.

Duração — 3 anos com início a 02/01/91 (Inclui estágio).

Regime de Formação — Laboral, 8 horas/dia.

Local de Realização — Tipografia Escola da ADFA e Lar Militar.

4. — Técnico Administrativo

Objectivos — Preparar indivíduos, prática e teoricamente, para trabalhar em pequenas e médias empresas na área administrativa.

Duração — 2 anos com início a 17/06/91 (inclui estágio).

QUALQUER INFORMAÇÃO DEVE SER PEDIDA ATRAVÉS DO TELEFONE 326247

PONTO DE ENCONTRO

Mais uma vez este nosso espaço para marcar encontro entre antigos combatentes.

■ Assim, do habitual organizador do almoço anual de antigos combatentes da Guiné, Peralta de Carvalho, recebemos a indicação do seu lugar este ano. Tomem nota:

9.º almoço-convívio nacional dos antigos combatentes da Guiné, no dia 5 de Outubro (6.ª-feira/feriado), no Hotel Senhora do Castelo, em Mangualde.

Os interessados (que podem inscrever esposa e filhos), devem escrever nesse sentido para Apartado 42 — 3531 MANGUALDE.

■ Por outro lado, esteve na nossa Redacção o sr. Luís Furtado Figueiredo, jornalista de «Ilha Maio» e actualmente a fazer um estágio em Lisboa, que como ex-militar na Guiné e em Moçambique organiza, desde há dois anos, uma festa de confraternização de antigos combatentes, e famílias, resi-

dentes na ilha do Pico (Açores), tendo-se deixado, sobre tal, o pequeno apontamento que gostosamente transcrevemos:

«Na ilha do Pico, Açores, vive-se o relembrar de amizades formadas na adversidade de uma juventude que por terras de além-mar passou.

Iniciado em 5 de Outubro de 1989, com um programa ligeiro, têm os antigos combatentes locais este ano o seu II Encontro, onde a celebração da Eucaristia na Igreja Matriz da vila de São Roque, seguida de um beberete-convívio no Salão Paroquial, são a base do programa onde todos, acompanhados dos seus familiares, relembram dias e acções que aos seus filhos são apontados como linhas orientadoras na procura de uma outra forma de intervenção pela Paz, a conduzir por eles.»

Antigos combatentes do Pico — II Encontro em São Roque, dia 5 de Outubro.

União de Antigos Combatentes de Portugal

VISITA À ADFA DE UMA DELEGAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DOS COMBATENTES

Aproveitando o regresso de uma visita oficial ao Brasil, esteve em Portugal, em estadia, digamos, de carácter oficioso, uma delegação da secretaria de Estado dos Combatentes da República Popular de Angola, constituída por três dos seus directores nacionais, respectivamente José Manuel Francisco Lourenço, de Recursos Humanos, Rita

ex-combatentes angolanos e de vários responsáveis da ADFA, nomeadamente o presidente da direcção central, em que foram apresentados os respectivos organismos e expostas as suas linhas de acção e actuação, tendo ficado bem patente a grande vontade e disponibilidade mútua no sentido de um rápido desenvolvimento de todas as formas

Recebida a delegação conjunta da ADFA e da secretaria de Estado angolana pelo dr. António Charana, director do Serviço de Reabilitação, a que se juntaram mais tarde a dr.ª Margarida Meira e o dr. Salazar de Campos, das Relações Internacionais, imediatamente se entrou em diálogo franco e construtivo sobre as várias hipóteses de

para os protocolos já assinados entre vários departamentos governamentais dos dois países, nomeadamente no que concerne, a cursos de formação, seu tempo e local, custos e bolsas, subsídios, intercâmbio, etc., etc.

Se a impressão causada pelo enorme entusiasmo e abertura com que todos os assuntos foram abordados pelos responsáveis portugueses, apresentando de imediato sugestões práticas, construtivas e variadas, com fortes hipóteses de «luz verde» por parte de quem de direito, logo que oficialmente apresentados os respectivos pedidos por parte das entidades próprias de Angola, colheu de surpresa todos os presentes à reunião, de alguma forma até os elementos da ADFA, tão habituados mesmo que estão a ver tal empenhamento pessoal em todos os já longos contactos havidos, muito mais essa impressão se reforçou na visita que seguidamente se fez ao Centro de Reabilitação de Nossa Senhora dos Anjos onde, para além de um simpático lanche, esperava o grupo de delegados o seu director, dr. Arménio Sequeira, pessoa extremamente sensibilizada para a muito específica área de cooperação nod omínio da reabilitação de pessoas cegas e amblíopes, uma das mais carentes e necessitadas naquele país, o qual, em plena demonstração desse entusiasmo, havia já preparado um rascunho de colaboração, planificado não só em termos de Angola, como também

prevendo acções com Moçambique e Guiné-Bissau (e aqui talvez valha a pena recordar que o dr. Arménio Sequeira foi um dos intervenientes na I Conferência de Antigos Combatentes — Tema IV).

Dada a hora tardia a que este último encontro teve lugar, em véspera de fim-de-semana, ficou acordada, com os representantes da secretaria de Estado angolana, uma nova visita para segunda-feira, para então se poder constatar, na presença dos alunos e dos técnicos, da acção desenvolvida no Centro e dos resultados obtidos.

No sábado, dia 15, após uma manhã para tratar de assuntos pessoais, os três delegados angolanos, acompanhados pelos presidente e 1.º secretário da Direcção Central, José Arruda e Patuleia Mendes, e pelo presidente do conselho fiscal central, Couto Ramos, deslocaram-se às obras da nova sede da ADFA, onde eram aguardados pelo engenheiro responsável pela fiscalização, José Bernardino Sardinha, que em breve reunião e durante a visita a todo o conjunto, foi explanando as perspectivas técnicas em relação quer à elaboração do projecto quer à evolução da construção, tendo ainda sido feitas, e respondidas, variadas e interessadas perguntas por parte dos, podemos dizer, entusiasmados visitantes.

Terminado este «ponto de trabalho», aqueles

membros dos órgãos sociais centrais convidaram a missão angolana para um passeio turístico pela Costa do Estoril, tendo-se jantado num restaurante da zona, numa constante e proveitosa troca de opiniões e conhecimentos, sendo patente nos responsáveis africanos uma grande admiração pela capacidade de integração social dos deficientes militares portugueses e a força de intervenção da nossa Associação.

No dia seguinte, domingo, aqueles mesmos elementos da direcção central, desta vez acompanhados pelos responsá-



André Tomaz, de Intercâmbio Internacional e Figueiredo Cameia, de Atribuição e Direitos Sociais.

Contactada apenas na véspera, a ADFA imediatamente procurou organizar um programa o mais interessante e preenchido possível, não só em termos de, dentro do espírito emanante da I Conferência de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau e da realidade que é a sua União», dar a conhecer àqueles responsáveis o trabalho e objectivos da ADFA, em si mesma, como também de proporcionar encontros e reuniões com outras entidades ligadas e interessadas nos diversos campos da cooperação que se está a desenvolver entre os nossos países.

Assim, depois de na sexta-feira, dia 14 de Setembro, da parte da manhã, se ter efectuado uma sessão de trabalho na nossa sede, com a presença daqueles três delegados e

possíveis de colaboração e intercâmbio, seguiu-se, na nossa cantina, um almoço alargado a outros participantes e em que, em tom ainda mais informal e aberto, se continuaram a trocar impressões e experiências, se lançaram ideias, se pensaram «novos caminhos» e soluções.

Entretanto, houve ainda tempo para uma rápida volta pelas oficinas de cerâmica, ocasião aproveitada para oferta de algumas peças aí feitas aos interessados visitantes.

Na parte da tarde, iniciaram-se, pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, os contactos externos com vista a procurarem-se, já, vias rápidas e imediatas de dar seguimento a projectos que correspondam às grandes necessidades e carências que decorrem da situação existente em Angola e de que a ADFA tinha pleno conhecimento e consciência através do que foi dito, e do que ainda ficou por dizer, na I Conferência.

cooperação nos domínios da reabilitação, formação profissional e reintegração, procurando-se, desde logo, desenhar a forma mais expedita de se conseguirem os necessários acordos entre todos os possíveis intervenientes, de ambos os lados, com chamada especial para os caminhos já abertos e



veis do gabinete dos órgãos sociais e do Departamento de Formação Profissional, major Lopes Dias e dr. Sarmento Coelho, conduziram os três altos funcionários da secretaria de Estado dos Combatentes ao centro histórico de Belém, intercambiando dados culturais e opinando, também, com profunda abertura, acerca da função das associações de antigos combatentes e da articulação do seu trabalho com os departamentos governamentais a quem compete o equacionamento e implementação de soluções para os problemas que afligem os seus membros, designada e especialmente os portadores de deficiências, em conversa animada, vivida, e de alto significado, que se prolongou durante o almoço num restaurante daquela zona.

Na segunda-feira, último dia «prático» da sua

**I CONFERÊNCIA DE ANTIGOS COMBATENTES
DE PORTUGAL, ANGOLA, MOÇAMBIQUE E GUINÉ-BISSAU**

e Portugal, Angola

DO DOS COMBATENTES DE AN

membros dos órgãos sociais centrais convidaram a missão angolana para um passeio turístico pela Costa do Estoril, tendo-se jantado num restaurante da zona, numa constante e proveitosa troca de opiniões e conhecimentos, sendo patente nos responsáveis africanos uma grande admiração pela capacidade de integração social dos deficientes militares portugueses e a força de intervenção da nossa Associação.

No dia seguinte, domingo, aqueles mesmos elementos da direcção central, desta vez acompanhados pelos responsá-

estada entre nós (já que partiriam terça-feira cedo), a delegação angolana voltou a deslocar-se, na parte da manhã, ao Centro de Reabilitação de Nossa Senhora dos Anjos para observar, na prática, a forma como ali se preparam os invisuais para o seu confronto com a vida e com a integração na sociedade, o que a impressionou viva e fortemente. Destaca-se a especial sensibilidade dos directores da secretaria de Estado angolana para a reabilitação dos seus cegos e o grande interesse na possibilidade de cooperação com Portugal na



veis do gabinete dos órgãos sociais e do Departamento de Formação Profissional, major Lopes Dias e dr. Sarmento Coelho, conduziram os três altos funcionários da secretaria de Estado dos Combatentes ao centro histórico de Belém, intercambiando dados culturais e opinando, também, com profunda abertura, acerca da função das associações de antigos combatentes e da articulação do seu trabalho com os departamentos governamentais a quem compete o equacionamento e implementação de soluções para os problemas que afligem os seus membros, designada e especialmente os portadores de deficiências, em conversa animada, vivida, e de alto significado, que se prolongou durante o almoço num restaurante daquela zona.

Na segunda-feira, último dia «prático» da sua

respectiva reabilitação e formação profissional.

Posteriormente, e a solicitação da ADFA, foram aqueles três antigos combatentes recebidos na secretaria de Estado da Defesa Nacional pelo seu titular, dr. Eugénio Ramos, em encontro de apresentação de cumprimentos, absolutamente informal devido ao carácter não oficial da sua visita a Portugal. No entanto, pareceu-nos muito positiva a impressão com que mutuamente ficaram daqueles poucos minutos de contacto.

Já da parte da tarde, e em diálogo com os presidente e 1.º secretário da direcção central, ficou patente por parte da representação angolana a grande importância que atribuiu a esta deslocação a Portugal, o que foi transcrito com palavras significativas e sentidas na mensagem conjunta deixada no nosso Livro de Honra,

al, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau

ENTES DE ANGOLA

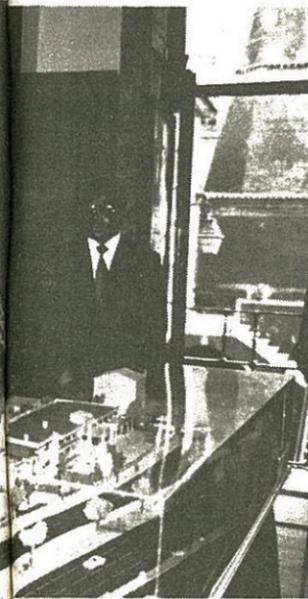
J.M.S.-P.M.

estada entre nós (já que partiriam terça-feira cedo), a delegação angolana voltou a deslocar-se, na parte da manhã, ao Centro de Reabilitação de Nossa Senhora dos Anjos para observar, na prática, a forma como ali se preparam os invisuais para o seu confronto com a vida e com a integração na sociedade, o que a impressionou viva e fortemente. Destaca-se a especial sensibilidade dos directores da secretaria de Estado angolana para a reabilitação dos seus cegos e o grande interesse na possibilidade de cooperação com Portugal na

assim como no realce que deu à conveniência da deslocação, ao seu país, de representantes da ADFA, para que, no local, tomem conhecimento das realidades e necessidades dos antigos combatentes deficientes e para que em Portugal possamos colaborar, objectiva e activamente, em todas as vertentes possíveis da cooperação, designadamente naquelas que à disposição dos países africanos de língua oficial portuguesa mantém o nosso Governo.

Terminado este último dia de trabalho em Portugal, e acompanhados pelo responsável pelo Departamento de Formação Profissional da Sede, deslocaram-se os nossos amigos angolanos à tipografia-escola, onde se inteiraram da acção aí desenvolvida e da capacidade de integração no mercado de emprego que pelas artes gráficas é possível a grandes deficientes motores, tendo-se interessado pelas diversas actividades e áreas profissionais e pelo respectivo tempo de aprendizagem e formação, já que as entenderam de forte impacto e possibilidade para a cooperação entre a ADFA e os antigos combatentes angolanos.

Nestes quatro dias de contactos e convívios, todos de trabalho intenso, ficou bem patente a consonância e a identidade entre a nossa Associação e aqueles altos funcionários da secretaria de Estado de Angola, na articulação correcta entre as associações e os organismos governamentais, para que a um eficaz equacionamento e indicação de soluções dos problemas dos antigos combatentes, designadamente deficientes, por parte daquelas corresponda uma positiva resposta por parte destes. Foi ainda dado realce, por todos os intervenientes, à importância do diálogo e à necessidade de incentivação deste tipo de contactos, porque a cooperação entre Portugal e os novos países de língua oficial portuguesa, além de fundamental, é possível já que todas as partes interessadas assim o desejam.



respectiva reabilitação e formação profissional.

Posteriormente, e a solicitação da ADFA, foram aqueles três antigos combatentes recebidos na secretaria de Estado da Defesa Nacional pelo seu titular, dr. Eugénio Ramos, em encontro de apresentação de cumprimentos, absolutamente informal devido ao carácter não oficial da sua visita a Portugal. No entanto, pareceu-nos muito positiva a impressão com que mutuamente ficaram daqueles poucos minutos de contacto.

Já da parte da tarde, e em diálogo com os presidente e 1.º secretário da direcção central, ficou patente por parte da representação angolana a grande importância que atribuiu a esta deslocação a Portugal, o que foi transcrito com palavras significativas e sentidas na mensagem conjunta deixada no nosso Livro de Honra,

VISITA A MOÇAMBIQUE DE UMA DELEGAÇÃO DA ADFA E DA SEDN A CONVITE DA RESPECTIVA ASSOCIAÇÃO DE COMBATENTES

Conforme já indicado, nos últimos números de ELO, foi feito convite à ADFA, aquando da realização da I Conferência de Antigos Combatentes, para que uma sua Delegação, integrando o Presidente da Direcção Central, não só nessa qualidade como também na de actual Presidente da União de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, visitasse aquele país no mais breve espaço de tempo.

Assim, e embora a impossibilidade de se fazer conjuntamente a programada visita do Secretário-Geral da FMAC, considerado o grande interesse

da deslocação, partiu já para o Maputo uma representação da Associação composta pelos Presidente da Direcção Central, José Arruda, Consultor Jurídico, António Carreiro e Director do Centro de Reabilitação do Porto, Jerónimo de Sousa, acompanhados, conforme sugestão da ADFA, de um delegado da Secretaria de Estado da Defesa Nacional, no caso o dr. Adérito Pinto, também nosso sócio.

Do programa provisório da visita, que decorre de 21SET a 01OUT, salientamos para além de deposição de flores em homenagem aos combatentes mortos dos dois

países, audiências com várias entidades oficiais, conversações quer com a Associação dos Combatentes da Luta de Libertação Nacional quer com a Associação de Deficientes e ainda uma visita ao Centro de Nangáde (diminuídos físicos).

Esperamos no próximo ELO poder apresentar desenvolvido artigo sobre este acontecimento que se inscreve no espírito de boas relações e cooperação nascido dos trabalhos da I Conferência, e constantemente reforçado, só possível graças a um pronto subsídio atribuído pelo Secretário de Estado, dr. Eugénio Ramos.

Em última hora, e por telefonema feito do Maputo, soube-se que a Delegação portuguesa foi recebida no aeroporto por várias altas individualidades, nomeadamente o major-general Bonifácio Gruveta, Secretário-Geral da ACLLN e o ten-coronel Brás da Costa, adido militar português na capital moçambicana.

Por outro lado, foram já efectuados vários contactos, destacando-se a audiência concedida pelo Presidente da República, Joaquim Chissano, com quem almoçaram, também na companhia do Ministro da Defesa e outras altas entidades.

NOTÍCIAS DA UNIÃO

Associação de Combatentes de Angola

Em informação que nos foi prestada pela representação da Secretaria de Estado dos Combatentes, de Angola (ver notícia da visita à ADFA noutro local), o coronel Filipe Felisberto Monimambo, que chefiou a Delegação angolana à I Conferência, foi nomeado embaixador na República do Zaire, país que, como se sabe, desempenhou importante papel no desbloqueamento inicial das conver-

sações de Paz entre Luan- da e a UNITA.

Associação de Combatentes da Luta de Libertação Nacional de Moçambique

Assinado pelo respectivo Secretário-Geral, major-general Bonifácio Gruveta Massamba, foi recebida na ADFA uma comunicação da sua congénere de Moçambique e em que se refere a realização, em Julho findo, da 2.ª Sessão do Comité Nacional da Associação, ten-

do então sido tomadas importantes resoluções, assim como foram eleitos novos membros em substituição de outros.

Desse documento se transcreve o último parágrafo:

«Na esperança de continuar a trabalhar para a Paz e Democracia no Mundo, quero reafirmar a vontade da Associação dos Combatentes da Luta de Libertação Nacional de reforçar as relações de amizade e cooperação já existentes entre os nossos dois Povos, Governos e Organizações.»

Entretanto, foi recebido na ADFA um telex com data de 19SET90, enviado pelo novo Secre-

tário-Geral da Associação, ten-coronel Agostinho José Neto, convidando uma Delegação da ADFA para se deslocar a Angola no período de 25 a 30 do corente, ao qual se respondeu de imediato, agradecendo mas lamentando tal não ser possível dada a visita que, nessa data, se estava a efectuar a Moçambique.

No entanto, dado que Delegações das duas Associações se deverão encontrar na 48.ª Reunião do Conselho Geral da FMAC, que decorrerá em Bangkok de 6 a 11 de Novembro próximo, foi sugerido que se aproveitasse a ocasião para acertar datas.

«NOVOS HORIZONTES»

No dia 29 de Julho e em consequência do primeiro programa dedicado à «I Conferência de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau» passado no segundo canal da RTP no dia 22 anterior, e de que ELO deu notícia na sua última edição, emitiu «Novos Horizontes» um novo espaço televisivo àquele evento totalmente dedicado.

Foram passados em revista, embora resumidamente, todos os actos significativos daquele encontro, da cerimónia aos mortos à sessão de abertura, das diversas mesas de trabalho à sessão de encerramento, não tendo sido esquecidos os mo-

mentos sociais e de convívio.

O programa iniciou-se e terminou com a divulgação, por parte do Presidente da Direcção Central, José Arruda, da perspectiva da ADFA com relação a toda a ambiência e envolvimento da conferência. De igual modo, os chefes de todas as delegações presentes, coronel Dinis Moiane pela Associação de Combatentes da Luta de Libertação Nacional de Moçambique, coronel Felisberto Monimambo pela Associação de Combatentes de Angola, dr. Eugénia Saldanha pela Secretaria de Estado dos Combatentes da Liberdade da Pátria, da Guiné-Bissau,

Serge Wourgaft e Miss June Willenz, respectivamente, Secretário-Geral da FMAC e Presidente da Comissão Permanente das Mulheres daquele mesmo organismo e ainda o capitão Ray Hazam, vice-presidente do Congresso Mundial de Cegos de Guerra, tendo cada um, a seu modo, expresso a visão pessoal e das suas delegações, com referência ao êxito dos trabalhos efectuados, acerca das perspectivas que os mesmos abriram e à realidade, infelizmente invulgar e única, de se terem sentado à mesa, com os ideais de uma união da paz e da procura de uma solução para problemas comuns, irmanados em sã e visível amizade, antigos combatentes que outrora

se degladiaram em trincheiras opostas.

O trabalho levado a cabo por «Novos Horizontes», nos dois programas que à conferência dedicou, revela, sem dúvida, um critério de objectividade e seriedade que haverá que realçar, não podendo nós deixar de apoiar e incentivar o trabalho que, pela sua equipa, há já longo tempo vindo a ser desenvolvido, embora, e seguramente contra sua vontade, em horário que lhe não permite a audiência que reconhecidamente merece, em face da temática sobre que se debruça e por tal, como o nosso jornal, ser um dos poucos meios de difusão informativa que com regularidade divulga e incide sobre a problemática da deficiência.

NOVOS CAMINHOS

MAS AS CRIANÇAS,

Quando no ELO de Junho último escrevemos (Noticiário vário/Conselho das Comunidades Europeias), sobre a atribuição, pela CEE, de subsídios a quatro programas portugueses no âmbito do projecto comunitário «Pobreza 3» (coordenado entre nós pelo Centro de

lápiz ou régua e praticam pequenas inflações. Sozinhas ou acompanhadas, cheiram cola e experimentam outro tipo de drogas, dormem na rua e sofrem todos os tipos de exploração.

Vindas de zonas limítrofes ou degradadas da cidade, estão prestes a

res de rua», jovens cuja experiência de vida e formação lhes tenham proporcionado uma abertura e sensibilidade para a problemática em questão. Após cuidadosa escolha e preparação, os «animadores de rua» abordam as crianças em risco, quer de dia, quer de noite, nas «comunidades de fuga» — estabelecendo com elas uma relação de solidariedade e companheirismo que permitirá um conhecimento «real», sem artificios, da criança.

Será esta que dará a conhecer ao animador o seu mundo, a realidade sócio-económica da «comunidade de fuga» e «de residência» e lhe permitirá assim, com a posterior colaboração dos técnicos, a organização de acções desmarginalizantes.

Conhecemos então a família, a segunda protagonista desta acção, para

a qual previmos a realização de acções de fortalecimento e promoção. Esta deverá ser capacitada para funcionar adequadamente, propiciando os meios que assegure o desenvolvimento integral do menor e ainda ser capacitada para actuar sobre o meio social com vista a garantir a satisfação das necessidades básicas da criança.

Quanto à comunidade, esta poderá ser de dois tipos: a «comunidade de fuga» — zona eleita pelos menores para as suas vivências, e a «comunidade de residência» ou de proveniência dos menores.

É nestes dois contextos que o projecto vai desenvolver acções simultâneas com carácter sistemático e organizado, que envolvam as estruturas económicas e sociais das zonas, tais como Juntas de Freguesia, Paróquias, insti-

tuições de carácter social, comércio e indústria, de modo a mobilizá-las para serem elementos actantes do projecto.

Em resumo, poderíamos considerar, como objectivos gerais do projecto:

— fornecer aos menores quadros de referência valorativa para a sua integração na família e na comunidade;

— contribuir para interromper ou evitar o ciclo de marginalização e exercer, com a eficácia possível, um processo educativo, em regime aberto.

Como objectivos específicos:

— Em relação aos menores:

- regresso à família;
- estabilização do seu modo de vida;
- regresso à escola ou a outro sistema de instrução;
- ingresso na via profissionalizante;
- participação em actividades (culturais, desportivas, etc.) e
- aquisição de valores necessários à vida em comunidade.

— Em relação às famílias:

- colaboração no apoio ao menor;
- adesão a programas de promoção familiar; e
- colaboração em actividades comunitárias relativas à integração de menores.

— Em relação às «comunidades de fuga»:

- diminuição do número de menores vagueando o local;
- adesão e participação dos moradores e comércio nas acções do projecto; e
- adesão e participação das entidades locais.

— Em relação à «comunidade de residência»:

- adesão e participação nas acções do projecto; e
- adesão e participação das entidades locais.

— Em relação à população em geral:

- sensibilização e informação sobre o problema dos menores, nomeadamente os do grupo alvo do projecto.

Um projecto desta natureza implicará uma estreita colaboração com as entidades públicas e privadas responsáveis por todo o equipamento social existente.

Dado o carácter inovador deste projecto, tanto a nível nacional como europeu, o I.C.A. decidiu candidatar-se ao «Terceiro Programa de Luta Contra a Pobreza», CEE, como iniciativa inovadora, e como tal foi aprovado.

Da responsabilidade, pois, do Instituto de Apoio à Criança, sendo

Presidente do mesmo a dr.ª Manuela Eanes e Chefe do Projecto a dr.ª Adelina Odete Marques, o «Trabalho de rua com crianças em risco ou situação de marginalidade» para além de ter concorrido, e obtido, um apoio da CEE no valor de 36 mil contos, necessita, como indicado no último parágrafo transcrito do texto, de muito outro tipo de ajuda, não só no campo financeiro como também no de cooperação por parte de outras entidades, tendo nesse sentido já sido assinado, em Julho passado, um Protocolo envolvendo os Ministérios da Educação, da Juventude, da Justiça, da Saúde, do Emprego e da Segurança Social e ainda o Governo Civil de Lisboa e a Misericórdia da capital.

Tendo-se iniciado há pouco mais de um ano, o «trabalho de rua» já conseguiu resultados práticos que se podem considerar animadores, senão mesmo espantosos (mas aqui os próprios promotores pedem cautela neste juízo, dada a fragilidade inicial do relacionamento conseguido), levando a que outras formas de actuação fossem estudadas e avançadas, algumas mesmo por sugestão das crianças contactadas.

Sendo, como dito no texto, os «animadores» jovens com idade aproximada à daqueles que procuram ajudar, muito mais facilmente chegam à comunicação necessária e ao encontro de interesses comuns, atendendo ainda a que falam uma linguagem semelhante, sem pretenderem forçar qualquer situação. Não aparecendo como «mais velho», o que diminui logo a possibilidade de serem considerados «estranhos», e tendo tido uma cuidadosa formação, os «animadores» estabelecem com as crianças em risco uma relação de amizade e confiança que lhes permite, em pouco tempo mas sem qualquer pressão, criar um universo comum de experiências positivas, um ambiente onde, não havendo agressividade ou «expedientes» a par de não se consentirem, também, facilidades ou desculpas, a «fuga, ou melhor» a necessidade de «fuga» e marginalização não tenha sentido.

Enquanto que até agora os dados oficiais sobre o número de menores vagueando pelas ruas da Baixa lisboeta apontavam para cerca de duas dezenas, os apenas 12 «animadores» que aí trabalham, só de OUT89 a ABR90, contactaram para cima de 300, tendo-se iniciado acções de desmarginaliza-



I.A.C.

instituto de apoio
à criança

Investigação sobre a Economia Portuguesa — CESIP, de que são responsáveis Alfredo Bruto da Costa e Maria Joaquina Ramos Madeira), dissemos então que procuraríamos desenvolver, em outros meses, cada um desses trabalhos.

E começamos hoje a apresentação daquele que sendo «inovador» merece a nossa primeira atenção porque se relaciona com o futuro da nossa sociedade e até do nosso planeta, já que «elas», as crianças, são exactamente esse futuro.

Conforme o próprio texto de apoio distribuído pelo IAC na apresentação à Comunicação Social (31JUN90), e antes de qualquer nossa observação ou análise, vejamos em que consiste esta iniciativa.

O Instituto de Apoio à Criança (I.A.C.) é uma associação sem fins lucrativos que se preocupa com a situação da criança em Portugal e cujo objectivo principal é contribuir para o seu desenvolvimento integral na defesa e promoção dos seus direitos.

Não querendo substituir-se a quaisquer organismos existentes, nem duplicar acções já assumidas por outras entidades, o I.A.C. pretende, acima de tudo, estimular, apoiar e divulgar o trabalho de quantos se preocupam com a procura de novas respostas, realistas e inovadoras, para os problemas da infância em Portugal.

É assim que, incluindo num programa de intervenção directa em domínio ainda não coberto por outras entidades surge o projecto «Trabalho de Rua com Crianças em Risco ou Situação de Marginalidade».

Na cidade de Lisboa, nomeadamente na Baixa, vagueiam crianças sozinhas ou em pequenos bandos, pedem esmola, vendem pensos rápidos,

iniciar, ou já iniciaram, o ciclo de marginalização.

Trata-se de um grupo de crianças que poderemos designar como estando «a descoberto» de todos os serviços institucionalizados, governamentais ou não e para as quais foi necessário encontrar uma resposta específica, só que as tradicionais dadas pelas instituições nas «comunidades de residência» não se coadunam com as suas características nem contam com elas como possíveis utentes.

Face a esta situação, o I.A.C. resolveu desenvolver o projecto com o objectivo de contribuir para interromper ou evitar esse ciclo marginalizante e proceder, com a eficácia possível, a um processo educacional em regime aberto.

Na renovação do quadro de vida destas crianças contamos com três protagonistas: a principal, que é a criança, seguida da família e da comunidade. De facto, da sua força de mobilização e interacção resultará a eficácia do projecto.

As causas da marginalidade dos menores situam-se, a nosso ver, na resultante da correlação entre as causas gerais localizadas nas condições estruturais do país — facilitadoras da pobreza — na desorganização do meio familiar e nas características bio-psíquicas dos menores, resultantes de características genéticas ou de condicionantes ao seu processo normal de crescimento.

Conscientes destes factos, queremos iniciar com cada criança um projecto de reintegração social mediante técnicas adequadas de natureza polivalente (bio-psico-pedagógico-sociais), com acções que criem novas ambiências, relações sociais favoráveis e um processo de renovação cultural.

Para os principais contactos com os menores o I.A.C. formou «animado-

O imenso absurdo

Falar de crianças deveria ser sinónimo de alegria, de esperança, de futuro, de significar como diriam ainda os poetas, «flores a desabrochar». Mas, incoerência humana desta tecnológica «civilização», quantas vezes essas flores não são «de Hiroshima», espelhos de dor e sofrimento sem limites, muito para além, mesmo, do mais absurdo dos absurdos?! Vergonha e inconsciência já não têm significado...

Porque actual, tão infelizmente actual, a transcrição, aparecida em alguns jornais a propósito do «Forum da Cooperação e Solidariedade», de um excerto de uma página de Março de 1981 do diário de um médico português da A.M.I. — «Assistência Médica Internacional», então na zona de guerra Irão/Iraque e que, possivelmente, estará hoje novamente nessa conturbada região.

MEDITEMOS!

«Estou à cabeça de uma equipa cirúrgica no Golfo Pérsico para socorrer as vítimas do lado iraniano desta terrível guerra.

Esta noite trouxeram-me várias pessoas vítimas de um bombardeamento aéreo, entre elas uma criança de 8 anos terrivelmente queimada. Chama-se Fátima.

A extensão das queimaduras e a falta de uma unidade de cuidados intensivos fizeram-me sentir uma impotência terrível. A Fátima estava, portanto, irremediavelmente condenada, a sua vida duraria apenas algumas horas.

Durante esse período de enorme sofrimento, gostaria de lhe ter proporcionado todo o conforto a que uma criança inocente tem direito e merece, o conforto que a incompreensão e a intolerância dos homens não deixa-

ram que fosse possível.

Limpei as suas feridas e deitei-a



numa cama limpa... era tudo o que estava ao meu alcance fazer.»

SENHORES...

Por J.M.S.

ção com 230, já com 26 regressos à família, 16 entradas em instituições/lares, 34 vidas estabilizadas, 4 frequências de «ateliers» de tempos livres, 12 regressos à escola e 17 ingressos em cursos de Formação Profissional.

Na demonstração evidente que todo o processo de «fuga» tem uma razão própria e bastante forte, embora socialmente seja fácil e «normal» (?) não a querer ver, é não só a descoberta de que a grande maioria das crianças deseja, a seu modo, uma forma de sair da rua, como ainda o de serem elas próprias que vêm depois a ajudar e a propor outras acções e soluções, o que leva também a pensar que o principal papel de todo este drama é desempenhado pela sociedade, considerada nas suas várias dimensões.

Na realidade, para se perceber minimamente todo este mecanismo, haverá que fazer aprofundada e consciente análise de toda a sua envolvimento.

Muito já se tem dito e escrito sobre este assunto, como muitos já têm sido os congressos, as conferências e os debates realizados, além de muitos terem sido os documentos elaborados, discutidos e até ratificados. Contudo, na prática, pouco se tem obtido. É que para lá de palavras e boas intenções há a necessidade de uma «vontade política» séria e firme para que as coisas possam, realmente, mudar. E essa não existe!

(Atenção que não estamos a considerar quaisquer delimitações, geográficas ou outras, a esta afirmação; ela é universal!).

Fazem todos os dias e em todos os lados os profissionais da política brilhantes profissões de fé e declarações de intenções, muitas delas até traduzidas em algumas (poucas) acções práticas com resultados positivos. Mas perante a realidade que é a da nossa «civilização», com valores materiais que se sobrepõem aos éticos e morais, sufocando, tantas vezes quer à nascença quer ao longo de difícil crescimento, tantos projectos admiráveis, o que se deve esperar?

Se o desrespeito, em si ou nas razões invocadas, pelas normas e obrigações aceites, ratificadas e impostas, é o comum da actuação do Poder, que esperar de todos os que dele estão dependentes? Num Mundo em que o que foi ontem já não é hoje embora possa voltar a sê-lo de novo amanhã, em que é evidente a fragi-

lidade da «autoridade» e dos fios que a ligam ao cidadão, em que embora camuflado em legalidade o direito do mais forte espezinha e subjuga o dos outros, muitas vezes sob a forma de obscuros intere-

pra e venda quer de obras de arte quer de jogadores de futebol, por exemplo, para não falar já dos multimilionários negócios das armas, da droga e da prostituição.

Que sociedade pode-

que afligem a Humanidade. Entretanto, enquanto prevalecerem os tais interesses e razões, não é de estranhar que, a todos os níveis, incluindo o familiar e pessoal, o egoísmo e a indiferença se instalem, que a confiança se perca, que o lema seja o «salve-se quem puder».

Só que, e aqui entram as crianças, elas são as grandes vítimas, numa fase/idade em que a formação/educação é determinante do carácter e da personalidade do futuro/mulher (cidadão votante, não esquecer...), em que a dependência do adulto/exemplo-herói leva a imitá-lo e segui-lo, em que a generosidade própria que devia ser naturalmente expandida em benefício de todos, é, tantas vezes, ou asfixiada ou explorada por interesses alheios. Isto se não morrem de fome ou de doença...

Sejamos mais concretos. Que culpa terão os próprios jovens no facto de, por exemplo, segundo o «8.º Congresso Internacional para a Protecção da Criança» (Hamburgo, SET90), pelo menos cem milhões de crianças, insisto, com milhões de crianças com idade inferior a 15 anos serem, em todo o Mundo, obrigadas a trabalhar, e como se não bastasse, em condições inimagináveis, principalmente em países em guerra ou atingidos pela fome? Que razões levam a que sejam vítimas, aos milhares, segundo a mesma fonte, de maus tratos e sevícias sexuais, incluindo-se aqui também os países mais desenvolvidos e em que a relação das crianças maltratadas pelos próprios Pais é de 1 para 10?

(CONTINUA)



ses de Estado e secretas razões de segurança, que esperar dos que se sentem oprimidos, esquecidos e/ou enganados pelo sistema? Poder-se-á dizer que não é tanto assim, já que todos fazem (aceitam fazer?) parte desse mesmo sistema, em que até o direito das minorias e da diferença é reconhecido e respeitado. Claro, desde que integrados em grupos mais ou menos bem comportadinhos e controláveis. Senão...

Que tem a ver tudo isto com o nosso problema, o que estávamos a apresentar? Bom, é que tudo está relacionado. Repare-se que se fala de «pobreza» no fim do século XX (d.C.), época não só de extraordinários avanços tecnológicos e científicos, como também de fabulosos pagamentos em com-

mos ter, que cidadão podemos criar, num Mundo em que há mil milhões, repito, mil milhões de pessoas a viver (!) em pobreza absoluta sabendo-se ainda que os países «mais desfavorecidos» (pobres!) gastam cerca de 50% do seu orçamento em armas (vendidas pelos ricos, claro, que vêm assim aumentada a respectiva dívida e subsequente dependência económica), assim como também que a uma redução de 10% nas despesas da NATO poderia equivaler à duplicação de ajuda àqueles mesmos países, quase todos eles ex-colónias de alguém?

E será na resposta honesta, clara e corajosa a este tipo de perguntas que se poderá encontrar a verdadeira causa dos males

Nota: a nossa vida atribulada, os nossos próprios problemas pessoais, enfim, todas as nossas razões que se sabe nem sempre são só desculpas, poderão não deixar que cada um de nós participe, activa e directamente, em todo o trabalho e em todas as múltiplas acções desenvolvidas no sentido de se alterarem ou minorarem muitos dos males deste nosso «querido» Mundo.

No entanto, muitos são os que, integrados em diversas «Organizações Não Governamentais» (ONG), nacionais e internacionais, dão o seu contributo, o seu esforço e o seu saber (mesmo alguns a sua vida) para que tal seja possível. E esse apoio, ao contrário do que se pode (ou quer) julgar, passa por variadas formas, das mais simples às mais técnicas e específicas, às directas e às indirectas.

Portanto, talvez não haja mesmo razão para que cada um de nós não se sinta capaz de ser mesmo um elemento participativo, não se marginalizando nesta sociedade que necessita, cada vez mais, de pessoas conscientes que sintam que não devem deixar que o destino colectivo lhes passe ao lado, mais que não seja porque, irremediavelmente, os afectará a eles, aos seus filhos, à sua comunidade.

Vá, escreva, telefone, pergunte, interesse-se, VIVA!

Eis algumas organizações a quem se pode dirigir a oferecer a sua colaboração (e lembre-se que, mais que não seja, o dinheiro continua a ser a grande mola...):

IAC/Instituto de Apoio à Criança — Av. de Berna, 56-3.º, 1100 LISBOA (Tel. 73 58 75);

AMI/Assistência Médica Internacional — Av. Gago Coutinho, 66, 1700 LISBOA (Tel. 89 51 92);

UNICEF/Comité Português — Av. António Augusto de Aguiar, 56-3.º, 1000 LISBOA (Tel. 54 78 43).

AUTOMÓVEIS CITRÖEN

MOD.	PREÇO BASE	P.V.P.
2 CV	677 913\$00	866 049\$00
AX 10 RE 3 PORTAS	824 799\$00	1 095 949\$00
AX 10 TRE 5 PORTAS	961 551\$00	1 255 949\$00
AX 11 RE 3 PORTAS	862 664\$00	1 211 149\$00
AX 11 RE 5 PORTAS	909 673\$00	1 266 949\$00
AX 11 TRE 3 PORTAS	948 134\$00	1 311 949\$00
AX 11 TRE 5 PORTAS	999 416\$00	1 371 949\$00
AX 14 TZS 3 PORTAS	972 482\$00	1 496 949\$00
AX 14 TRS 5 PORTAS	1 028 039\$00	1 561 948\$00
AX GT 3 PORTAS	1 122 056\$00	1 671 948\$00
AX GT 5 PORTAS	1 181 986\$00	1 741 949\$00
AX SPORT 3 PORTAS	1 179 088\$00	1 681 919\$00
BX 11P1	1 174 630\$00	1 576 949\$00
BX 11P2	1 210 617\$00	1 619 054\$00
BX 14 RE P1	1 301 544\$00	1 881 949\$00
DIESEL		
AX 14 RD 5P	1 113 375\$00	1 662 142\$00
AX 14 D (ENTERPRISE)	1 090 469\$00	1 282 178\$00

Viaturas OPEL

MOD.	PREÇO BASE	P.V.P.
CORSA		
SW 1.2ST 2P	961 500\$00	1 384 889\$00
SW 1.2ST 4P	1 015 400\$00	1 447 952\$00
SW 1.2ST 3P	947 800\$00	1 368 860\$00
SW 1.2ST 5P	994 000\$00	1 422 914\$00
GL 1.2ST 3P	1 006 000\$00	1 436 954\$00
GL 1.2ST 4P	1 054 700\$00	1 493 933\$00
GL 1.2ST 3P Super	1 057 200\$00	1 496 858\$00
GL 1.2ST 4P Super	1 105 900\$00	1 553 837\$00
GL 1.2ST 5P Super	1 088 800\$00	1 533 830\$00
SW 1.5D 4P	1 234 800\$00	1 935 854\$00
SW 1.5D 5P	1 227 100\$00	1 926 845\$00
KADETT		
LS 1.2SC 3P	1 199 700\$00	1 663 583\$00
LS 1.2SC 5P	1 251 290\$00	1 723 944\$00
LS 1.4NC 3P	1 279 350\$00	1 902 843\$00
LS 1.4NC 4P	1 353 670\$00	1 989 797\$00
LS 1.4NC 5P	1 340 570\$00	1 974 470\$00
GL 1.4NC 3P	1 352 650\$00	1 988 604\$00
GL 1.4NC 4P	1 433 330\$00	2 082 999\$00
GL 1.4NC 5P	1 407 020\$00	2 052 216\$00
LS 1.7DA 4P D	1 535 090\$00	2 599 665\$00
GL 1.5TD 4P Turbo	2 280 100\$00	3 158 855\$00
LS 1.7DA 5P D	1 629 670\$00	2 710 324\$00
VECTRA		
GL 1.4 4P	1 773 300\$00	2 480 764\$00
GL 1.4 5P	1 822 350\$00	2 538 153\$00
GL 1.7D 4P	2 163 070\$00	3 334 402\$00

AUTOMÓVEIS FIAT

MOD.	PREÇO BASE	P.V.P.
PANDA 750 CL	831 978\$00	1 073 470\$00
UNO 45-3P	913 858\$00	1 219 170\$00
UNO 45S-3P	984 157\$00	1 307 240\$00
UNO 45S-5P	1 054 798\$00	1 384 070\$00
UNO 60S-3P	1 018 469\$00	1 394 870\$00
UNO 60S. T. A.	1 066 332\$00	1 450 870\$00
UNO 60S-5P	1 081 888\$00	1 469 070\$00
UNO 60 SX	1 158 982\$00	1 559 270\$00
UNO 60 SX (T.A.)	1 206 845\$00	1 615 270\$00
UNO 60S CTX	1 183 143\$00	1 591 470\$00
UNO 70SX	1 240 185\$00	1 828 970\$00
UNO TURBO I. E.	1 523 518\$00	2 160 470\$00
TIPO 1.1	1 262 401\$00	1 680 270\$00
TIPO 1.4	1 284 031\$00	1 880 270\$00
TEMPRA 1.4 SX	1 561 125\$00	2 204 470\$00
UNO D3P	1 142 626\$00	1 654 094\$00
UNO D5P	1 255 447\$00	1 786 095\$00
UNO TDS 5P	1 498 219\$00	2 126 895\$00
TIPO 1.7DS	1 425 900\$00	2 457 895\$00

AUTOMÓVEIS VOLKSWAGEN E AUDI

MOD.	PREÇO BASE	P.V.P.
GOLF CL 1.3 4 P	1 337 166\$00	1 841 973\$00
GOLF CL 1.3+4 P	1 616 101\$00	2 168 327\$00
GOLF CLD 1.6 4 P	1 790 314\$00	2 819 272\$00
GOLF CLTD+1.6 4 P	2 271 825\$00	3 382 640\$00
JETTA CL 1.3	1 343 685\$00	1 849 600\$00
JETTA CLD 1.6	1 878 400\$00	2 922 332\$00
JETTA CLTD+1.6	2 249 969\$00	3 357 068\$00
PASSAT CLTD+1.6	2 785 310\$00	3 983 417\$00
PASSAT VAR CLTD+1.6	3 024 495\$00	4 263 264\$00
AUDI 80 TD 1.6	3 102 760\$00	4 354 834\$00

— A opção por pintura metalizada, varia entre os 12 000\$00 e 52 000\$00, conforme o modelo.

— Os valores acima expostos, não contemplam as despesas do despachante no desfandamento da viatura, excepto para as marcas Citroën e Opel.

Os sócios interessados nestas viaturas podem telefonar para 859 50 16 a partir das 19H30, Alberto Pinto.

Outras informações nas horas de expediente: 346 21 67/8.



ESCREVEM OS SÓCIOS...



...de LISBOA

A ASSISTÊNCIA PÚBLICA, ONTEM E HOJE

Por Armindo Roque

Este estudo foi elaborado a partir da recolha documentária referente ao Desembargo do Paço, dos Concelhos de Idanha-a-Nova, Penamacor e Sabugal, da Comarca de Castelo Branco, Arquivo da Biblioteca Municipal de Lisboa e da obra de J. Landeiro.

Tendo como fontes documentárias de diversa ordem, desde petições de moradores, problemas religiosos a informações burocráticas, tornou-se um trabalho moroso e complexo porque abrange um período bastante longo, quase dois séculos (1734-1910). A problemática relacionada com este período liga-se ao fenómeno a que muitos autores designam como «transição».

A «transição» é um período em que dois modos de produção podem coexistir ou melhor, em que algumas características inerentes ao aparecimento do novo modo de produção, conseguem vingar, sem anularem completamente as antigas e que ao contrário de contribuírem para a sua desagregação, vão prolongar a sua existência e por vezes fortalecê-la. A estes modos de produção vão corresponder interesses opostos, directamente ligados a diferentes grupos sociais.

Queremos ainda salientar que a problemática foi também o fio condutor do nosso trabalho a qual deixamos em aberto; deste modo, o trabalho não é conclusivo, nem o poderia ser, pois a sé-lo deixaria de perspectivar-se no âmbito rigoroso da História.

MISERICÓRDIAS REGULAMENTAÇÃO

As Misericórdias têm a sua origem em 1489 por iniciativa de D. Leonor, esposa de D. João II.

D. Manuel ordena que se construam mais Misericórdias por todo o país. Em 1950 existiam 376 Misericórdias em Portugal. Os objectivos das Misericórdias eram essencialmente caritativos.

Em 1516 foram reguladas todas as Misericórdias, Filipe II, faz nova reforma em 1618, por onde se regerem até meados do séc. XIX.

As suas incumbências eram: ensinar os simples; a criação e educação dos expostos, a princípio a cargo dos municípios foi depois passado para as Misericórdias; recolher vadios; ordenar-lhes trabalho e castigar os mal acostumados, como lhe foi cometido por carta régia, consolar os tristes, visitas domiciliárias dos irmãos, e visitação das cadeias e hospitais, o acompanhamento dos condenados à forca; perdoar a quem errou, e tentar reconciliar as pessoas desavindas, têm um capítulo especial de «como se não-de fazer as amizades entre as pessoas desavindas»; rogar a Deus pelos vivos e pelos defuntos, rezar-lhes na agonia, acompanhá-los nos funerais, mandar celebrar missas por sua alma, etc., remir cativos e presos, existia mesmo um mordomo para os presos em todas as Misericórdias para os ajudar e para a sua libertação, bem como cuidar dos cativos e condenados às galés; curar os enfermos, nos primeiros tempos curavam-se os doentes em suas casas, mas com a criação de hospitais esta actividade tornou-se a principal preocupação das Misericórdias, a ponto de lhes serem confiados os antigos hospitais e ainda hoje essa função se impõe como quase exclusiva; cobrir os nús, em vários capítulos se recomenda que os doentes os pobres e os presos sejam providos de roupas; dar de comer e de beber aos famintos e sequiosos; as visitas domiciliárias recomendadas tinham por fim a distribuição de esmolas e provimento de pão, carne e vinho «quanto bastasse para toda a semana terem de comer, algumas irmandades tinham mesmo o cargo de «aguadeiro» ao serviço dos presos; dar pousada aos peregrinos, o recolhimento de órfãos, mercearias e asilos de velhos mantidos pelas Misericórdias. As Misericórdias deviam enterrar os mortos, acompanhar os irmãos defuntos, indo todos com opas e círios acesos e até deviam acompanhar os pobres que não tivessem quem cuidasse deles.

Obras de Misericórdia

A tradição católica deu este nome às obras que têm por fim aliviar os males do próximo, tanto do corpo como do espírito, donde a sua divisão em corporais e espirituais. O n.º 7, na qualificação das obras de Misericórdia, não pretende totalizar, mas apenas concretizar algumas situações definidas em que o próximo pode precisar de ajuda. As Obras de Misericórdia não só foram vivamente recomendadas por Jesus, que as apresentou como pedra de toque da fé e do amor efectivo, a ponto de fazer depender da sua observância a felicidade eterna (Mat., 25,31-46), mas Ele próprio se inclinou sobre as chagas da carne e do espírito: curando, ensinando, enxugando lágrimas, corrigindo, perdoando. Quis até identificar-se com o próprio necessitado: «o que fizeste a um destes meus irmãos mais pequeninos a mim mesmo o fizeste» (Mat. 25,42). «Quereis honrar o corpo mistico de Cristo? Não O desprezeis quando o virdes nú, e enquanto O cobris de fins e a nudez» (S. João Crisóstomo). As Obras da Misericórdia são pois livres ou de conselho, mas de preceito, constituindo obrigação grave. Devem praticar-se com espírito sobrenatural e não por mera filantropia, com espírito católico. Isto é, sem acepção de pessoas (ICOR, 13,3), com alegria (IICOR, 9,7). A medida da sua ajuda é ditada pelas próprias possibilidades e pela gravidade da necessidade alheia, tendo presente a medida ideal, expressa no 1.º Mandamento: «Amarás ao teu próximo como a ti mesmo» (Mat., 22,39).

Misericórdia de Penamacor

Assistência Pública é uma expressão que pode ser interpretada de duas maneiras: assistência aos mais desfavorecidos sem possibilidade de prover às suas necessidades ou num sentido mais lato, assistência prestada pelo Estado à população em geral.

De D. João II ao séc. XIX, a Assistência Pública tende cada vez mais à centralização pelo Estado. Criam-se hospitais, orfanatos, reformatórios, recolhimento de enjeitados, de mulheres arrependidas. Com as Invasões Francesas a Assistência Pública desorganiza-se.

D. Maria II, por decreto de 6 de Abril de 1835 cria o Conselho Geral de Beneficência. Criam-se asilos de crianças, de mendigos, de velhos, as creches, os dispensários, os lactários, os albergues nocturnos. Começa a surgir um certo apoio aos deficientes sensoriais e mentais. No fim do séc. XIX a Rainha D. Amélia funda a assistência Nacional aos Tuberculosos. Só em 1911 surgiu a primeira maternidade em Portugal. Os Hospitais estavam quase todos entregues à direcção das Misericórdias.

A Misericórdia de Penamacor deve ter sido das primeiras fundadas no Reino, como o atesta o seu pórtico manuelino, na sua fachada há também duas janelas e entre elas o brasão de armas de Penamacor, com as esferas de D. Manuel. O brasão tem a data de 1568, a mesma do pelourinho. Deve ser portanto esta a data da fundação da Misericórdia.

No séc. XVIII existiam o Hospital Militar, o Hospital da Misericórdia e a Roda, substituída por um hospício e, mais tarde, os enjeitados passaram a ser entregues à Câmara Municipal.

A Misericórdia, o hospital, a Igreja, o cemitério e a cadeia, constituem as pedras angulares da assistência dessa época. No séc. XIX foi instituído um hospital civil, hoje hospital de S. António.

No séc. XVIII era a praça militar principal da Beira Baixa e durante a Guerra da Sucessão foi um dos principais centros de operações. Durante as invasões francesas, sob a acção de Junot foi dissolvida a guarnição militar, e também todo o sistema de assistência ficou desorganizado. Com Massena a vila pilhada e alguns dos seus edifícios destruídos.

As categorias de população que constituíam a camada social da vila, era bastante flutuante, devido ao grande número de militares aí estacionados. Nela se refugiaram também muitos judeus que aí se radicaram, sendo ainda hoje vários ritos judaicos praticados na povoação. Outra razão desta flutuação tem origem na lei da extinção das ordens religiosas de 31 de Maio de 1834, que levaram ao afastamento de Penamacor, não só dos religiosos do convento de S. António, mas, ainda, de alguns alunos e suas famílias.

Em 28 de Julho de 1885 determinou-se a construção de um hospital Barraca para os coléricos, um cemitério de epidémicos e obrigou-se a construir currais para os porcos. Desenvolveu-se também exploração de águas férreas que eram consideradas milagrosas.

A assistência em Penamacor

A assistência pública em Penamacor não pode de maneira nenhuma ser desinserida do contexto nacional e mesmo do internacional, agitado no fim do Antigo Regime por numerosas e complexas mudanças a que os políticos tinham que dar respostas práticas neste campo específico.

Uma das características dos liberais e dos republicanos era o seu anti-clericalismo, que, por consequência, ia entrar em choque com a política de assistência pública do Antigo Regime, essencialmente entregue à Igreja, em estreita colaboração/divergência com os poderes municipais, muito arreigados no povo de Penamacor. O equilíbrio que se tinha estabelecido entre a Igreja, moradores e seus representantes, tinha sido cimentado durante séculos, não poderia por isso operar-se uma mudança radical, num meio ainda muito impregnado de costumes e práticas tradicionalistas; disso é prova variadas polémicas que pudemos detectar nos documentos do Desembargo do Paço (Beiras).

No campo da assistência médica, a Misericórdia desempenhou desde o séc. XVII uma actividade fundamental, perturbada somente no período compreendido entre as invasões francesas até 1826. No início do séc. XIX, começa-se a fazer sentir a necessidade de uma assistência médica mais especializada, de médicos e cirurgiões com uma formação superior, que, pagos pelo concelho, prestariam assistência aos moradores. Num documento enviado por estes ao Rei, mediante o provedor da comarca, pedem que lhes seja «servido, conceder-lhe faculdade para poderem ter um cirurgião para os curar a quem dessem o partido de noventa e seis mil réis cada ano tirados dos sobejos das Cizas», isto no ano de 1801, porque «aquela numerosa povoação que somente dos muros para dentro conta mais de 700 fogos e com os lugares do seu termo passam de 1600 e como não haja nas suas vizinhanças Médico que possa acudir-lhes nas suas enfermidades», esta petição teve despacho positivo. Num outro documento de 1795, os procuradores da vila pedem à Majestade, mediante o provedor da comarca, que lhes seja concedida provisão para pagarem a «um cirurgião hábil visto ser aquela Vila populosa e carecerem de cirurgião que assista as suas enfermidades... serem a maior parte dos moradores... muito pobres». Também esta petição teve parecer positivo. Em 1807, os moradores da Benquerença pedem ao rei que tenham assistência gratuita, pois «que sendo pouco mais de cem Vizinhos todos pobríssimos acontece os Partidores das sisas da sobredita Vila (Penamacor) lhes lançam todas quantias assim como para Médicos e Cirurgiões que não curam os Supricantes nem os Boticários lhes ministram os remédios sem que sejam pagos Onerando também aos Supricantes com a contribuição para a função de doenças» esta petição teve despacho negativo.

Estes documentos, são sintomáticos de que se começa a fazer sentir por parte da população de Penamacor, a necessidade de uma assistência médica com um carácter mais especializado. Por outro lado, as despesas com o partido do médico, vem onerar o município, obriga-o a fazer-se pagar dos seus serviços, o que não acontecia com a assistência da Igreja, daí os protestos das populações mais carecidas. De facto, a partir do segundo quartel do séc. XIX, o Estado começa a assumir de uma forma mais eficaz a responsabilidade da assistência médica, recorrendo quase totalmente às Misericórdias.

As receitas das Misericórdias eram controladas pelos moradores através de elementos eleitos, e a sua actuação controlada pelo Estado, tendo que lhe pedir autorização para efectuar despesas que não estivessem especificamente mencionadas no seu regulamento; os irmãos da Casa da Misericórdia pedem autorização à Majestade, mediante o provedor da comarca, para que sejam autorizados a realizar reparações nas suas instalações. Por outro lado são muito ciosos dos seus privilégios que conforme expresso noutra documento... que o trabalho deles era a caridade, sepultar os mortos... e não tinham nada a ver com limpeza de fontes, chancelaria, montarias, isentos de soldados de bolete... era um privilégio que vinha dos reis predecesores», esta petição, significativamente teve parecer positivo. Por aqui se prova, que o Estado, novamente, já por esta época, demonstrava a necessidade que tinha da comparticipação das Misericórdias na Assistência Pública.

As Misericórdias tinham por vezes polémicas com a Igreja, cuja causa não vem expressa nos documentos, mas que merece um despacho positivo na desavença entre eles e o padre António Gomes das Neves. Aliás, polémicas com padres são frequentes, como se pode

ESCREVEM OS SÓCIOS...

→ ver também noutros documentos em que a câmara de Penamacor se queixa do prior de S. Pedro e do vigário de Santiago «tudo por a Camera detrrminar que o Estandarte Real fosse em lugar precedente às ditas cruces na forma da Provizão do Rei D. Sebastião».

No campo da assistência nota-se uma especial preocupação com o tratamento dado aos prisioneiros, em documento dirigido à Majestade pelos procuradores do povo, mediante o corregedor da comarca, em que estes pedem para que no antigo hospital militar, seja construída uma nova cadeia, pois que na existente «se conserva em grande prejuízo dos miseráveis criminosos, que pelo desamparo em que ali ficam ou morrem, ou são privados dos socorros da humanidade». Este petição feita em 1795 teve parecer positivo da rainha. Daqui se pode inferir também, que o município considerava como competência sua o alojamento e alimentação dos prisioneiros.

ASSISTÊNCIA PÚBLICA

Segundo os documentos não parece que existam grandes problemas de assistência pública até às invasões francesas, haveria até um sistema bastante equilibrado em que a igreja, os moradores e a própria organização militar, prestariam um apoio que poderíamos considerar bastante eficaz. Com as invasões francesas, com a perseguição sistemática que se faz à Igreja, com a expulsão dos frades do convento de S. António, com a extinção do quartel, rompe-se o equilíbrio e as populações ficam desprovidas quase completamente de assistência. Esta situação parece manter-se desequilibrada até aos nossos dias.

A atitude positivo-mecanicista de encarar a assistência como um problema essencialmente técnico, levou a que a assistência se concentrasse cada vez mais em grandes estabelecimentos hospitalares, orfanatos, casas de correcção, prisões, etc. Esta política levou a uma cada vez maior desumanização da assistência e ao desenraizamento dos carecidos dela, por terem de deslocar das suas vilas e aldeias para os grandes centros populacionais, onde estes estabelecimentos de localizavam. Mesmo nos grandes centros urbanos essa centralização se operou e o exemplo mais gritante é a construção do Hospital de Todos os Santos, que acabou com os pequenos santos espalhados pelas freguesias da cidade. Segundo alguns elementos que possuímos e alguns estudos incompletos que ainda não deram à luz do dia, esse hospital seria quase utilizado pelas classes mais ricas, que sofriam de sífilis, uma autêntica peste, por razões de ordem moral, não têm sido feitos estudos objectivos.

Ao publicar-se a Lei da Separação, a experiência veio confirmar depois da extinção das Ordens Religiosas, que os serviços prestados por estas eram dificilmente substituíveis. Sobre Penamacor os elementos de que dispomos são os que apontámos, mas mesmo ao lado, em Idanha-a-Nova, as Misericórdias continuaram a funcionar com reigosas seculares, tendo inclusive Afonso Costa visitado as suas instalações.

Actualmente, toda a Europa se encontra numa fase de auto-crítica, expressa em colóquios e congressos sobre este tema, pela política de assistência que se seguiu desde os inícios do séc. XIX, até à actualidade. Estudos comparativos com a assistência que se faz no Oriente, onde estes métodos não foram adoptados, põem a questão de se tudo não tem de ser repensado e uma política completamente nova não tem de ser adoptada, sobretudo no papel que, as associações locais, as autarquias, as organizações de e para deficientes, as creches, as prisões, os centros de reintegração social de toxicodependentes, de prostitutas de alienados mentais, têm de desempenhar. Enfim, é necessário ir ao passado, buscar muitas das coisas que ele tinha de bom, sobretudo esse sentimento inestimável que não tão arredado anda da sociedade do consumismo selvagem em que vivemos, que é o da Solidariedade Humana e sobretudo deixar de pensar o homem como uma mercadoria, mas como um capital que urge salvaguardar, tanto como esse outro, que é o capital natureza, sob o risco de pura e simplesmente estarmos condenados à auto-destruição, sem ser necessário que rebente nenhuma bomba atómica ou que estale uma guerra no Golfo Pérsico.

O facto de estudarmos e trabalharmos com fontes primárias e termos depois contactado directamente com as populações dessa região, que confirmaram as conclusões do nosso estudo, dá-nos o à vontade suficiente para afirmar que **ESTAMOS HOJE PIOR EM ASSISTÊNCIA PÚBLICA DO QUE ESTAVÁAMOS NO PRINCÍPIO DO SÉCULO XIX.** Basta dizer que hoje todos os concelhos nomeados não têm hospital, tendo de se deslocar para Castelo Branco ou Guarda e mesmo estes a funcionarem em condições precárias. Os antigos hospitais da Misericórdia, autênticos monumentos, encontram-se subaproveitados ou mesmo abandonados.



NOTICIÁRIO vário



DEFICIENTES, MAIS OPORTUNIDADE DE EMPREGO?

Por Gracinda Benedito (*)

Foi recentemente criada uma Operação para a promoção de emprego de pessoas com deficiência da cidade de Lisboa, tendo como objectivo principal a definição e desenvolvimento das acções necessárias ao aumento da taxa de integração profissional de pessoas deficientes.

Na assinatura do protocolo, ocorrido em 4 de Julho p.p. no Salão Nobre dos Paços do Concelho, estiveram presentes o dr. Jorge Sampaio, o dr. Henrique de Jesus e a dr.ª Maria Benedito Martins, em nome, respectivamente, das três entidades envolvidas: Câmara Municipal de Lisboa (CML), Instituto do Emprego e Liga Portuguesa dos Deficientes Motores (LPDM).

Será ainda criado um grupo coordenador, com representantes destas entidades, as quais terão funções específicas, nomeadamente:

I — CML.

a) Ceder um espaço

para o funcionamento dos serviços da operação;

b) Destacar técnicos de Serviço Social e outros a determinar.

II — IIEFP

a) Financiamento dos encargos da operação, mediante a execução de um plano previamente acordado;

b) Coordenar e participar activamente no recrutamento dos candidatos e seu posterior encaminhamento.

III — LPDM

a) Participar no recrutamento dos candidatos, em ligação com outras organizações envolvidas;

b) Avaliar as competências profissionais dos candidatos;

c) Participar no encaminhamento dos candidatos para os locais de trabalho previamente seleccionados e

d) Acompanhar as colocações até ao período de adaptação estar concluído.

Embora ainda seja cedo para observarmos os

resultados deste protocolo, espera-se que dentro de breve tempo possamos colher junto do mesmo, tendo em atenção as entidades envolvidas.

Na realidade, embora ultimamente, e cada vez mais, a sociedade se debuce sobre a problemática do deficiente, o facto é que estes continuam a debater-se com problemas ao nível de emprego, sendo a deficiência ainda susceptível de limitar-lhes a entrada num mercado de trabalho já por si só saturado.

O documento agora assinado, vem reforçar a legislação já vigente para os DFA, na qual em condições de igualdade com outros candidatos têm prioridade sobre estes (Decreto-Lei 43/76 de 20 de Janeiro), para além dos benefícios, também já existentes, às empresas que integrem deficientes.

Contudo, como já referido, esta legislação é ainda insuficiente.

Não basta criar leis, é preciso também sensibili-

zar as pessoas ditas «normais» para esta problemática, bem como incentivar os empresários a integrar deficientes nas suas empresas, para que possam ver, por si próprios, que o deficiente pode ser um trabalhador tão válido e capaz como qualquer outro, devendo deixar de ser um «estigmatizado».

Não é menos verdade que estamos ainda a passar para um processo de mudança, a qual passa também pela própria «mudança de atitudes e forma de encarar os outros». Os grandes acontecimentos históricos têm sempre as suas repercussões que só muito mais tarde se fazem sentir, pois tem que existir uma adaptação à nova realidade. Resta esperar que o novo século abra boas perspectivas futuras quer em relação aos deficientes quer em relação aos outros grupos que têm sido até agora marginalizados.

(*) Técnica do Serviço Social da ADFA/Sede

Biblioteca Sonora

O Centro de Produção de Material do Centro Regional de Segurança Social de Lisboa, através do ELO, coloca à disposição dos nossos sócios um serviço de gravação de variadas obras que vão desde legislação a romances, passando por livros de estudo, entre outros.

A partir de hoje, ELO passará a referir alguns dos títulos disponíveis, com a indicação da duração de gravação, já que quem estiver interessado poderá, enviando o número de cassetes necessárias, receber qualquer dos trabalhos. Por isso, e para isso, atenção às relações que iremos publicando. Caso esteja interessado, envie-nos as cassetes e a indicação do título respectivo.

— Anatomia Humana Geral/Introdução ao estudo da anatomia humana geral/J. A. Esperança Pina — 8h00/6 cassetes;

— Contributo para uma política nacional de reabilitação/Conselho Nacional de Reabilitação — 2h20/2;

— A costa dos murmúrios/Lídia Jorge (Publicações D. Quixote-3.ª ed. 1988) — 9h40/7 c.;

— Jornada de África/Manuel Alegre (Publicações D. Quixote-1.ª ed. 1989) — 5h30/4 c.;

— Para além da esperança/M.ª Leonarda Tavares (ADFA-1989) — 5h25/4 c.

(Nota: as cassetes são consideradas de 90 minutos.)

JORNADAS LUSO-ESPAÑHOLAS



Deficiência

Numa organização conjunta do Instituto Nacional de Serviços Sociais (INSERSO), de Espanha e do Centro Regional de Segurança Social de Braga (CRSS), de Portugal, em colaboração do Secretariado Nacional de Reabilitação (SNR) e da Associação de Psicólogos Portugueses (APPORT), vão realizar-se, de 8 a 11 de Outubro próximo, no auditório da Universida-

de do Minho, as «Jornadas Luso-Espanholas sobre Deficiência», nas quais estarão presentes prestigiados técnicos dos dois países, por si e em representação de instituições de e para pessoas deficientes, que tratarão a «deficiência» nos vários campos da prevenção, reabilitação e integração.

Assembleia-Geral da União de Cegos Europeia

Numa organização de que faz parte a Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO), realiza-se, este ano em Portugal, Lisboa, de 11 a 13 de Outubro próxi-

mo, a 3.ª Assembleia-Geral da União Europeia de Cegos».

Contando com a presença de delegações dos 27 países membros, assim como de representantes de instituições convidadas, a reunião abordará o trabalho realizado nos vá-



rios campos de acção da União e das suas Comissões próprias, nomeadamente no âmbito da cooperação com os países menos desenvolvidos.

ELO espera poder, no próximo número, dar notícia desenvolvida deste importante encontro internacional.

ASSISTÊNCIA MÉDICA E PSICOSSOCIAL

SEDE

CLÍNICA GERAL

Médico: sócio dr. Fernando Brito

Segundas e Quintas-feiras, às 14 horas.

PSIQUIATRIA

Médico: dr. Proença

Terças-feiras, às 12 horas.

PSICOLOGIA — «Stress de guerra»

Dr.ª Paula Frazão

Terças, Quartas e Sextas-feiras, 10/12 h.

ORIENTAÇÃO ESCOLAR E PROFISSIONAL

Dr.ª Cecília Pires e Paula Frazão

Quartas-feiras, 9/12.30-14/18 h.

SERVIÇO SOCIAL

Assistente social: Gracinda Benedito

Segundas e Quartas-feiras, 14.30/17.30 h. Terças e Quintas-feiras, 9.30/12.30 h.

- As consultas efectuaem-se todas no consultório médico da Sede.
- As marcações são feitas do DASC., 1.º andar, por Luísa Braga, devendo o sócio indicar objectivamente qual a consulta que pretende, ou informar-se dos serviços prestados por cada uma. Poderá também fazer a marcação pelo telefone 346 21 67/8.
- As consultas de «stress de guerra» e as sessões de Orientação Escolar e Profissional (estas destinadas a filhos de sócios), estão sujeitas a marcação prévia, a qual deve ser feita directamente pelo telefone 32 62 47.

NOVA SEDE

PARTICIPANDO CONSTRUÍMOS O FUTURO!

LANÇAMENTO PÚBLICO DAS MEDALHAS EDITADAS PELA ADFA

Jóias da medalhística editadas pela A.D.F.A. por ocasião da construção da sua nova Sede, assinalam o «Ciclo do Império» nas comemorações dos Descobrimientos Portugueses.

O lançamento público destas medalhas, cujo produto de venda reverterá integralmente para a construção da nova Sede, terá lugar no Padrão dos Descobrimientos, em Belém, pelas 11.00 horas de 24 de Outubro de 1990.

Conta-se com a presença de autoridades civis e militares que deram o seu apoio à construção da nova Sede. Conta-se, principalmente, com o apoio dos nossos associados neste acontecimento.

Do programa constam também um almoço-convívio na Sede da A.D.F.A., às 13.30 horas, a que seguirá uma visita às obras da nova Sede e aonde terá lugar um encontro com os técnicos e responsáveis pela obra, que prestarão todos os esclarecimentos necessários.

Esta obra, tão importante para a vida da nossa Associação é, como se sabe, fundamentalmente produto da vontade e cooperação de todos nós. Honremo-nos com a presença de nós todos. Contamos contigo?

Por questões de planeamento do almoço, será necessário que os interessados confirmem para a Sede da A.D.F.A. a sua presença até 22 de Outubro.

O custo de inscrição é o preço da refeição praticado normalmente no refeitório da A.D.F.A.»

Este texto do documento emitido pela «Comissão Nacional de Angariação de Fundos» para a construção da nova Sede, em 12 deste mês de Setembro, e que marca o arranque oficial da sua campanha a nível externo.

tre elas uma pública, em 11 deste mês, no próprio local, tendo a ela assistido, para além dos seus membros, responsáveis dos Serviços da Sede, sócios e funcionários da ADFA, assim como um representante do Ministério da Defesa e alguns dos



Conforme ELO já oportunamente divulgou, as medalhas agora a entregar destinam-se aos contributos de 10000\$00 (uma medalha) e 20000\$00 (as duas), tanto de associados como de amigos não sócios, procedendo-se à entrega pública das primeiras na cerimónia do dia 24 de Outubro, altura em que a Comissão também dará a conhecer alguns dos seus projectos. Entretanto, a Comissão que acompanha as obras, este período sob a responsabilidade do nosso Director, como 1.º Secretário da Direcção Central e em substituição interina do 2.º secretário, teve várias reuniões, en-

tão de opiniões, informações e esclarecimentos, ficando-se a saber que a 1.ª fase estará terminada em meados de Outubro, podendo-se avançar para a 2.ª logo que adjudicada, estando previsto para muito breve o respectivo concurso.

Quanto à nossa particular campanha, embora o tempo de férias, ultrapassámos este mês os quatro milhões e meio de escudos. No entanto, para os dez ainda falta tanto...

Transporte (JUL90) 4 148 938\$00 (Porto)

SÓCIO N.º	NOME	QUANTIA
(Sede)		
607	Lauriano J. V. Silva	10 000\$00
1 038	António M. L. V. Carvalho	10 000\$00
519	Cândido M. P. Mendes	17 000\$00
955	António Martins	10 000\$00
2 505	Raul M. S. Barreto	10 000\$00
11 128	Benjamim L. Abreu	20 000\$00
1 521	João V. Conceição	12 000\$00
5 114	Diamantino E. A. Silva	1 000\$00
5 997	Adelino J. M. Barros	800\$00
6 405	Armando M. Ramos	2 000\$00



8 053	Jaime P. Henriques	2 600\$00
11 558	Delfim Pereira	2 000\$00
611	Carlos A. D. L. David	3 000\$00
815	José F. P. Eusébio	2 000\$00
9 725	José S. Rodrigues	2 600\$00
10 394	Sadu Baldé	2 000\$00
3 740	Luís M. A. Ramos	3 000\$00
97	Daniel A. Silva	5 000\$00
5 992	Manuel M. Pereira	5 000\$00
1 160	Aguinaldo D. Pinheiro	3 000\$00
8 989	José G. H. Marques	5 000\$00
11 612	José G. Joaquim	5 000\$00
9 692	Dudu Sembá	1 000\$00
913	Baltazar F. Silva	5 000\$00
1 114	Avelino A. Carmo	1 000\$00
10 510	Joaquim C. Santos	5 000\$00
8 945	José L. Tavares	5 000\$00
2 091	Jacinto C. Pereira	2 000\$00
5 575	Octávio C. Leal	3 000\$00
9 283	Manuel L. Sang	1 000\$00
1 605	Rui A. P. Vieira	3 000\$00
6 017	Francisco F. Reis	2 600\$00
8 733	Américo J. Matos	3 000\$00
4 911	Mário A. Fernandes	5 000\$00
11 375	José M. M. M. Sousa	1 000\$00
622	Vítor M. C. Martins	1 000\$00
4 518	José A. Frade	2 000\$00
9 656	João Almeida	5 000\$00
4 747	Fernando R. R. Barros	2 000\$00
4 277	Manuel S. Pereira	2 000\$00
3 692	Acácio R. Almeida	500\$00
1 301	António M. N. Ribeiro	3 000\$00
11 239	José P. Runa	2 000\$00
9 831	José M. M. S. O. Simões	5 000\$00
6 254	Manuel V. Silva	5 000\$00
3 079	José F. B. Gonçalves	3 000\$00
3 206	Celestino L. L. Silva	5 000\$00
11 950	João Mendes	2 000\$00
8 338	José S. Mateus	5 000\$00
7 285	Joaquim G. Caeiro	2 000\$00
7 219	Carlos D. Matos	600\$00
?	Manuel V. Garcia	2 000\$00
374	Manuel S. Palma	5 000\$00
10 244	Álvaro F. Bento	5 000\$00
1 288	Acácio C. Nunes	1 000\$00
11 884	Júlio O. Castro	5 000\$00

(Bragança)

2 691	José M. B. Fornos	2 600\$00
2 773	David A. Mesquita	2 000\$00
2 744	Eduardo D. Nogueira	6 000\$00

(Castelo Branco)

1 176	João J. N. A. Francês	5 000\$00
2 618	António J. L. Pires	5 000\$00

(Évora)

2 924	Leonel R. P. Beira	3 000\$00
-------	--------------------------	-----------

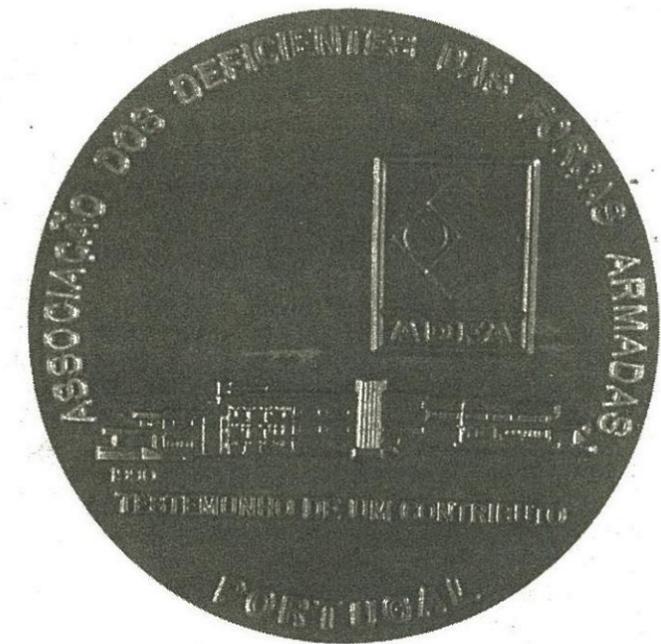
6 232	Duarte G. Santos	5 000\$00
2 169	Cândido F. Pereira	1 600\$00
4 452	Silvério O. C. Sarabando	600\$00
4 967	Jorge J. Lage	5 000\$00
11	Lucídio P. Dias	5 000\$00
632	António P. Rodrigues	10 000\$00
10 351	Manuel E. Alves	3 000\$00
5 081	José L. Cruz	1 000\$00
5 093	Augusto L. N. Pereira	3 000\$00
6 025	Luís S. Lopes	1 000\$00
9 298	Orlando S. Antunes	1 000\$00
10 368	José J. S. Pinto	2 000\$00
5 450	António Ribeiro	3 000\$00
3 407	Luís G. Cruzeiro	2 000\$00
5 011	Fernando J. G. Durães	3 000\$00
747	Armando S. F. Pinheiro	10 000\$00
6 472	Manuel F. S. P. Valente	1 000\$00
4 996	Ramiro J. S. Gomes	2 000\$00
3 060	José Manuel	2 000\$00

(Setúbal)

6 193	José P. Amado	2 000\$00
1 098	José D. Lobo	5 000\$00
9 029	Benjamim S. Durães	15 000\$00
10 432	José M. O. Soares	3 000\$00
5 001	Albertino S. Lopes	1 000\$00
8 300	António M. Nobre	1 000\$00
9 717	Armando T. R. Pereira	1 000\$00
4 636	Aristides F. Santinho	1 000\$00
4 500	Manuel J. G. Caeiro	1 000\$00
2 367	Joaquim A. Raposo	1 000\$00
2 077	António M. Pereira	1 000\$00
2 078	Domingos C. Pires	1 000\$00
793	Manuel M. P. Gonçalves	1 000\$00
3 858	José L. P. Pires	5 000\$00

(Viseu)

3 911	António M. P. Tavares	3 000\$00
3 525	José M. Mendes	2 000\$00
2 848	José Ladeira	5 000\$00
9 663	José S. Soledade	1 000\$00



10 662	António C. Cardoso	1 500\$00
5 639	José Augusto	500\$00
9 571	Joaquim H. Silva	3 000\$00
7 556	Jorge O. Chaves	10 000\$00
1 311	José M. Faria	500\$00
5 517	Anacleto N. S. Cardoso	1 000\$00
2 108	Joaquim S. Loureiro	3 000\$00
5 803	António S. Aguiar	2 000\$00
9 062	José Félix	1 000\$00
6 585	Artur F. Rodrigues	10 000\$00
9 729	Daniel O. Lopes	5 000\$00
1 829	Fernando J. Sousa	3 000\$00
8 109	Carlos A. F. Oliveira	10 000\$00
9 891	Manuel P. Regada	5 000\$00
12 244	Idílio S. Ferreira	2 000\$00
—	António J. Silva	1 000\$00

N/SÓCIOS

NOME	QUANTIA
(Sede)	
Armindo C. Almeida	4 000\$00
Alexandre J. A. A. Coelho	2 000\$00
J. M. Vasconcelos (CCaÇ 2655 A-70.72)	10 000\$00
Ilda P. F. N. Santos	1 000\$00
(Viseu)	
João A. R. Lagarto	1 500\$00
A transportar (SET90)	4 583 438\$00